



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO
DE DOIS MIL E TREZE**

-----Aos vinte e oito dias de fevereiro de dois mil e treze, pelas 10h00 horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

UM: *Exposição do Senhor Presidente da Câmara;* -----

DOIS: *Pedido de Aprovação da 2.ª Modificação dos Documentos Previsionais de 2013;* -----

TRÊS: *Pedido de Aprovação de Alteração ao PIOTADV (Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro).* -----

----- **PRESIDENTE DA MESA** - Sr. Eng. João Manuel Gouveia da Costa na ausência do Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos, convidou a Membro Filomena Margarida Gonçalves Marques a assumir o lugar, iniciando assim os trabalhos acompanhado pela Primeira Secretária D.ª Filomena Margarida Gonçalves Marques e pela Segunda Secretária D.ª Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes Membros: - Luís Pedro Machado Sampaio Sousa Pimentel, Maria Arminda Paredes Cardoso Ferreira, Estela Maria Jesus Teixeira, António Manuel Veiga Lobo Figueiredo Barros e Telmo Augusto Sobreira Pinto. -----

Faltaram por motivo injustificado os seguintes Membros: Humberto João Barbosa dos Santos, Pedro Miguel Sousa Botelho do Souto, Isabel Maria Carvalho da Veiga Vieira, Carlos Filipe Mesquita Gomes, Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias, Márcio Miguel Monteiro Ribeiro e Laurindo Mondim Miranda. -----

Coloca à discussão a Ata da Sessão Ordinária do dia 28 de dezembro de dois mil e doze, e abre período de inscrições, tendo-se inscrito a seguinte Membro: -----

MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA: Disse que na página 47, linha 10, onde se lê “porque é

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

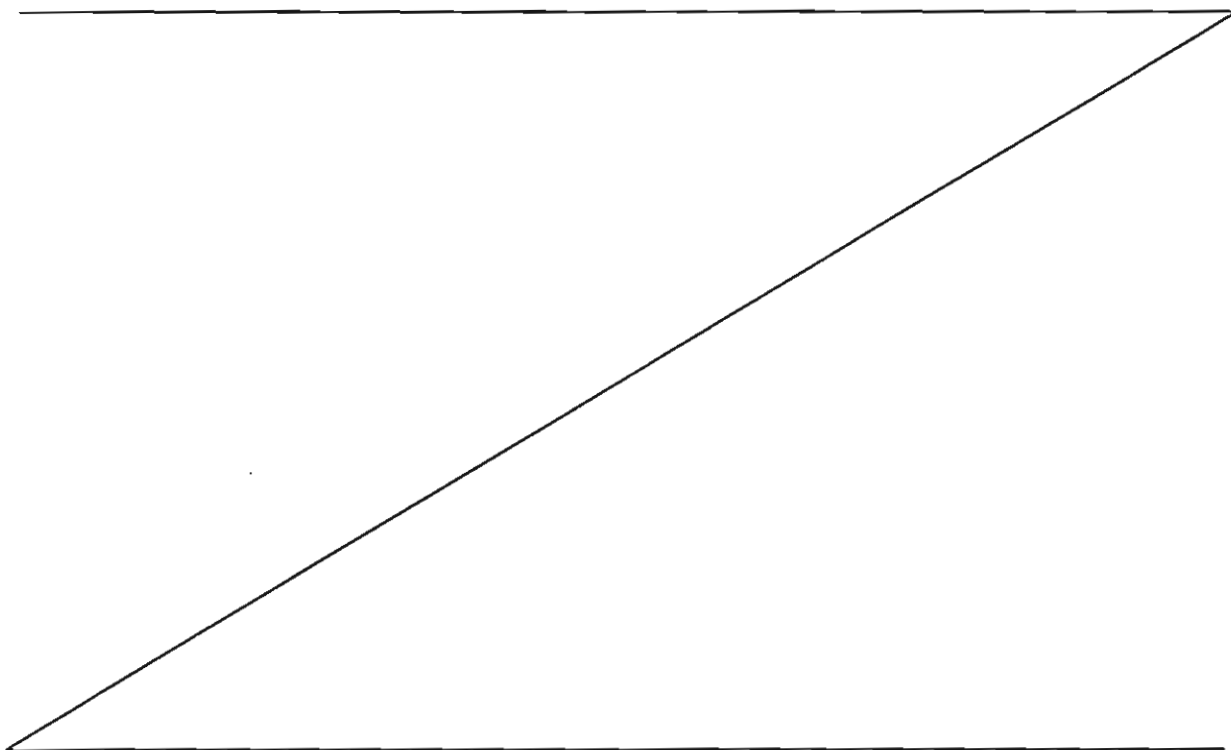
Deslumbrante Património Natural

MC
2
Paul
Ferreira

uma Estrada Nacional e compete à Autarquia a sua reabilitação”, dever ler-se “porque é uma Estrada Municipal e compete à Autarquia a sua reabilitação.” -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Não havendo mais inscrições, coloca a votação a Ata da Sessão Ordinária do dia 28 de dezembro de dois mil e doze, sendo aprovada por maioria de votos, com 21 votos a favor e 2 abstenções, dos Membros Manuel Vilela e António Lousã, por não terem estado presentes na última Sessão. -----

Deu conhecimento da correspondência recebida, que a seguir se transcreve: -----



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

*MCP
Senh
Jasper*

27/02 2013 20:21 FAX 351 213917425

BP PSD COORDENADORES

001/001



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ REGISTO DE ENTRADA N.º <u>2</u> Em <u>28 Fev 2013</u>
--

*Justificada.
A Ties.
[Handwritten signatures]*

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de Alijó
Eng.º. João Manuel Gouveia da Costa
Rua General Alves Pedrosa, 13.
5070-051 - ALIJÓ

Assunto: Assembleia Municipal de Alijó, de 28 de Fevereiro de 2013 -
Justificação de Falta.

Caro Presidente.

Venho por este meio informar V. Exa. que em virtude de se realizarem trabalhos parlamentares na Assembleia da República, não me é possível estar presente na Assembleia Municipal de Alijó, que se realiza no dia 28 de Fevereiro de 2013, no edifício dos Paços do Município.

Desde já grato pela sua atenção, desejo que os trabalhos da mesma decorram com todo o sentido democrático.

Com os meus melhores cumprimentos e elevada estima ferozel.

O Membro da Assembleia Municipal de Alijó

[Handwritten signature]

Luis Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel

Ulsboo, 28 de Fevereiro de 2013.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA • PALÁCIO DE S. BENTO • 1249-068 LISBOA • TEL. 21 391 90 00 • FAX 21 391 74 43

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28

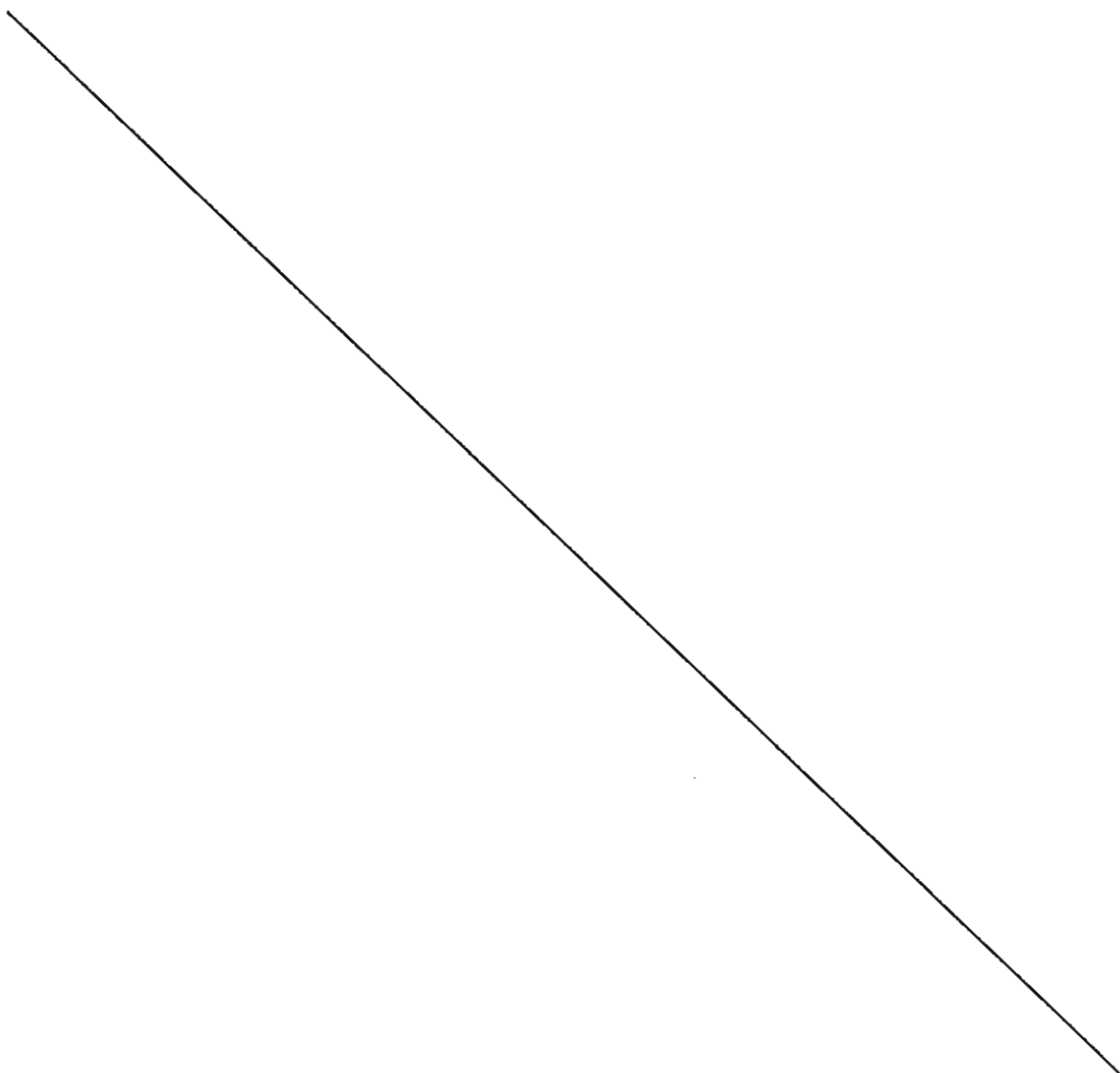


ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC
Gust
Jaquy

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, e introduz o *Ponto Um "Exposição do Senhor Presidente da Câmara"* (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Membros e cujo teor é o que se segue). -----



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

JMG
Ferreira
Ferreira



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural

EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 63.º da Lei n.º 169/89 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a atividade do Município respeitante aos meses de dezembro 2012 (segunda quinzena) a fevereiro 2013 (primeira quinzena).

1 – Situação Financeira da Autarquia

À data da presente informação, a Câmara de Alijó tem em dívida a fornecedores sensivelmente de 9,2 milhões de euros.

Desta dívida, que engloba dívida corrente e dívida de Investimento, a dívida a fornecedores de Imobilizado (Investimento) representa cerca de 44%.

Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais, encontrando-se em dívida cerca de 13,7 milhões de euros.

A dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento.

De salientar que, após aprovação do Programa de Apoio à Economia Local, e Reequilíbrio Financeiro, aprovado pelos Órgãos Executivo e Deliberativo do Município, foi comunicado, através de ofício em 31/12/2012, pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, a informação com o seguinte teor, que se transcreve:

"Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, de informar V. Ex.ª que o pedido de adesão ao Programa I do PAEL foi objeto de decisão favorável pela Comissão de Análise, tendo sido aceite pelo valor de financiamento solicitado pelo Município, conforme consta do Relatório da Comissão de Análise de 28 de Novembro de 2012.

Nesse sentido despachará S. Ex.ª o Secretário de Administração Local e Reforma Administrativa conjuntamente com S. Ex.ªs. O Secretário de Estado do Orçamento e a Secretária de Estado do Tesouro.

O Despacho será publicado em Diário da República.

De modo a prosseguir com a assinatura do contrato de empréstimo, após publicação do Despacho em Diário da República, junto se envia a respetiva minuta para os devidos efeitos."

No seguimento desta informação, o Município providenciou de imediato a aprovação da minuta.

Aguarda o Município de Alijó, a assinatura dos respetivos despachos, pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, pelo Sr. Secretário de Estado do Tesouro e pelo Sr. Secretário de Estado do Orçamento, bem como a sua publicação em Diário da República.

O processo seguirá posteriormente para visto do Tribunal de Contas.

Neste momento, os montantes aprovados ainda não entraram nos cofres da Câmara pelo que, os pagamentos das dívidas não foram ainda efetuados.

2 – Atividade do Município

A – Atividade administrativa e de prestação de serviços

Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

M. J. Silva



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Património Natural

afetos, encaminhando os cidadãos para os serviços respetivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei.

B – Atividade cultural e desportiva

a – Atividade cultural

Audatório Municipal

Dezembro / 2012 a 18 de Fevereiro / 2013

Título	Tipo	Sessões	Bilhêtes Vendidos	Mês
A idade do gelo 4 – Deriva continental	Filme	2	42	Dezembro
007 Skyfall	Filme	2	56	
Astérix e Obélix	Filme	2	34	
A saga twilight – Amanhecer part 2	Filme	2	116	
Argo	Filme	1	15	Janeiro
Força Ralph	Filme	2	34	
O Hobbit – uma viagem inesperada	Filme	2	30	Fevereiro

Espaço Internet

Espaço Internet Dezembro

Total Utilizadores	Média de idades
606	24.02

Janeiro

Total Utilizadores	Média de idades
603	23.9

Fevereiro

Total Utilizadores	Média de idades
363	22.1

- Até ao dia 18



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials in blue ink.

7



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Património Natural

Biblioteca Municipal
Dezembro / 2012 a Fevereiro / 2013

<u>Mês</u>	<u>Utilizadores da Biblioteca</u>
Dezembro*	127
Janeiro	633
Fevereiro**	286
Total	946

* A partir do dia 20 (inclusive)

** Até ao dia 18 (inclusive)

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
Dezembro*	5	62
Janeiro	4	252
Fevereiro**	7	157
Total	16	471

* A partir do dia 20 (inclusive)

** Até ao dia 18 (inclusive)

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>
Dezembro*	0
Janeiro	598
Fevereiro**	438
Total	1036

* A partir do dia 20. (Férias Escolares)

** Até ao dia 18 (inclusive)

Atividades Realizadas:*

*Referentes ao período de 20 de Dezembro 2012 a 18 de Fevereiro de 2013.

Olho vivo, orelha fita ...

Projeto de continuidade. Formação de leitores. Pré leitores

Desenvolvido em contexto escolar, tem como principal objetivo contribuir de uma forma continuada numa intervenção precoce na promoção de competências pré-leituras em crianças do ensino pré-escolar do concelho.

Para isso procuraremos organizar um fundo documental que privilegie o imaginário infantil, o despertar do sentido poético e artístico, as pequenas narrativas do quotidiano, as estruturas narrativas de tradição oral – poesia e prosa, assim como, a qualidade da ilustração.

Público-alvo: Todas as crianças que frequentam o ensino Pré-escolar.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

MC
Furt
Fagor



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Deslumbrante Património Natural

Calendarização do projeto:
Periodicidade: quinzenal
Data de início: Novembro de 2012
Data final: Julho de 2013

"A sequinha da flor"

Projeto de continuidade. Leitores Iniciais, Leitores medianos

Inspirados no título de um livro de *Matilde Rosa Araújo*, "A sequinha da flor" partimos mais uma vez à boleia da B.I.

Levamos além dos livros, a vontade de partilhar com os leitores do 1º ciclo as palavras que habitam os livros.

Em parceria com os docentes do 1º ciclo, percorreremos os caminhos da literatura infantil e a nossa proposta para este ano letivo será o trabalho de textos da poesia teatro e conto.

Público-alvo:

Crianças do 1º ciclo.

Periodicidade: quinzenal

Data de início: Novembro de 2012

Data final: Junho de 2013

"A Festa das Palavras"

Sessão de leitura encenada a partir da adaptação de textos de escritores Portugueses.

Público: utentes das IPSS's do concelho

Local: Biblioteca Municipal

Periodicidade: Mensal

"Nós vamos Lá"

Sessão de leitura encenada a partir da adaptação de textos de escritores Portugueses. Projeto de continuidade, com três anos de existência, propõe a satisfação e o encantamento das palavras ditas em voz alta, estimulando a imaginação e contribuindo para a ocupação dos tempos livres de qualidade.

Este projeto consiste na visita da Biblioteca Itinerante e de Sessões de Leitura em voz alta para os utentes das IPSS's do concelho de Alijó, contribuindo para realçar o papel social da leitura como instrumento de solidariedade.

Os livros lidos nestas sessões abordam em geral temas relacionados com o mundo rural, com religião, e por vezes, segue o calendário das efemérides nacionais e locais. Explora-se provérbios, adágios populares, lendas, contos, tradições de outros tempos, e os idosos partilham as experiências e vivências antigas.

Público-alvo: utentes das IPSS's do concelho

Periodicidade: Quinzenal

Duração prevista de cada visita: aproximadamente 1 hora.

"Remédios da alma..."

Projeto de dinamização da Leitura. Leitores Autónomos. Alunos do 3º ciclo e Secundário.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

*July
Ferreira
Ferreira*



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Património - Ambiente - Natureza

Este é um projeto novo, proposto pela Biblioteca Municipal para este ano letivo e, propõe trabalhar em parceria com os docentes de português os escritores que fazem parte do programa da disciplina. Criaremos um espaço cénico, onde decorrem leituras que vão alternando com as explicações do professor sobre o que foi escutado e, também, aspetos particulares da vida e obra do autor em causa.

Público: Alunos do ensino secundário

Local: Sala de aula

Duração: 1h.30min.

Livros Solidários: "na leveza de um gesto o apelo da alma"

No âmbito das atividades previstas da Biblioteca Municipal para o ano de 2012, foi decidido promover durante todo o mês de dezembro uma ação de solidariedade social intitulada "*Livros Solidários: na leveza de um gesto o apelo da alma*". O seu objetivo principal era a angariação de fundos que reverteriam na sua totalidade a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Esta ação foi dirigida ao público em geral e consistiu numa exposição de livros que versam sobre diferentes temáticas. Os mesmos encontravam-se disponíveis em livre acesso para quem os quisesse adquirir.

Na escolha de um livro a seu gosto, cada pessoa, poderia contribuir monetariamente com o valor que entendesse.

A ação teve lugar na Biblioteca Municipal de Alijó, no horário compreendido entre as 9.00H e as 18.30H de segunda a sexta-feira e domingo das 15.00H às 18.00H, durante todo o mês de dezembro.

Todos os livros expostos, foram oferecidos à biblioteca por particulares, mas por que os títulos já existiam no catálogo da biblioteca vão estes para depósito. A presente ação para além de ter na sua génese objetivos de solidariedade social, (porque o produto da venda reverteu para a Liga portuguesa Contra o Cancro) procurou também, em nosso entender, fomentar a leitura e dar a possibilidade de aquisição de livros - por um preço simbólico - aqueles que têm menos possibilidades para os adquirir.

Museu do Pão e Vinho Dezembro / 2012 a Fevereiro / 2013

Férias da Natal no Museu – crianças dos 6 aos 10 anos:

- Oficina de pintura e decoração de embrulhos de Natal, recorrendo a técnicas como o stencil; aplicação de vários materiais em cartolinas para a criação de cartões alusivos à época natalícia;
- Fabrico artesanal de bolachas, passando pelas várias etapas desde o "amassar ao comer".

Receção aos utentes do Centro de Dia de Amieiro:

- Visita guiada ao Museu durante a manhã seguida de uma prova de vinho moscatel na Adega Cooperativa de Favaios. Durante a tarde foi projetado, na sala de serviço educativo, um "documentário" realizado pelos técnicos do Museu em que os utentes do Centro de Dia do Amieiro foram os protagonistas.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

mc
fwhr 10
fags



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Deslumbrante Património Natural

Exposição "Escritores que olharam o Douro":

- Exposição de telas com textos de escritores portugueses que fotografaram com palavras a região do Douro ao longo do século XX.

Exposição "Entre o Vinho e o Pão":

- Preparámos, em conjunto com o autor Ricardo Ramalhos, uma exposição de fotografia elusiva ao Teatro António Augusto Assunção (espaço físico) e à OFITEFA (grupo de teatro) que estará patente no Museu entre 20 de Março e 20 de Abril.

Visita guiada ao Museu e à vila de Favalos:

- Visita em contexto educativo, desenhada pelos técnicos do Museu e professores da escola, destinada a alunos do "Curso de Mesa e Bar" do Agrupamento de Escolas de Canelas. Além das atividades descritas decorámos o Museu para a época natalícia, preparámos um programa de férias de carnaval que não realizámos devido às más condições do tempo mas vamos usar os artefactos que construímos no programa de férias a realizar na interrupção letiva da Pascoa; acompanhamos os alunos do Curso Profissional Técnico de Informática de Gestão do Agrupamento de Escolas de Alijó; acompanhamos o projeto MIES - projeto de investigação que visa mapear as iniciativas inovadoras de alto potencial de empreendedorismo social procurando a criação de conhecimento e usando uma metodologia de proximidade com as comunidades locais e fizemos o acompanhamento dos visitantes em contexto livre e de visita guiada.

Número total de visitantes (Dez/Jan/Fev) - 250 entradas

**Gabinete de Educação
Dezembro / 2012 a Fevereiro / 2013**

- Cedência de transportes escolares de forma totalmente gratuita para aluno da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico;
- Comparticipação de 50% do valor do passe de transporte escolar para alunos do Ensino Secundário;
- Fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º CEB e crianças da Educação Pré-Escolar;
- Disponibilização de recursos humanos para estabelecimentos de ensino;
- Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) nos Jardins de Infância do concelho;
- Implementação do sistema de Ação Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB e no Pré-Escolar. Atualização permanente dos escalões de Ação Social Escolar;
- Cedência de transporte para algumas atividades letivas;
- Cedência de transporte para alunos com Necessidades Educativas Especiais do agrupamento de Escolas de Alijó;
- Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições especializadas fora do concelho (APPACDM de Sabrosa, APPC de Vila Real e Associação Núcleo Piaget de Vila Real);
- Cedência de transporte a instituições do concelho de carácter cultural e desportivo com compromissos oficiais (atações, competições,...)
- Colaboração com projetos de intervenção social que promovem atividade para crianças e jovens (Programa Escolhas, Equipa RSI...);



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

*MCP
Faria
Pereira*



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Património Natural

- Colaboração com instituições que promovam cursos de formação profissional no concelho (Centro de Formação Profissional de Vila Real, Navir, Consultua);
- Manutenção de sistemas de aquecimento nos estabelecimentos de ensino e distribuição de briquetes;
- Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho;
- Apetrechamento em termos de mobiliário, materiais e equipamentos dos vários estabelecimentos do concelho;
- Realização de pequenas obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes;
- Apoio e colaboração na dinamização de atividades direcionadas a crianças e jovens;
- Apoio e colaboração na dinamização promovidas pelo Agrupamento de Escolas de Alijó;
- Limpeza e desinfeção de edifícios escolares e áreas circundantes;
- Gestão da frota municipal afeta aos transportes escolares;

b – Atividade desportiva

**Complexo das Piscinas Municipais
Dezembro / 2012 a Janeiro / 2013**

Atividades de carácter contínuo

Escola de Natação

Divide em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 18 anos; adultos) que posteriormente se subdividem em níveis de aprendizagem. Atividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais.

Turma	Modalidade	Dias da Semana	Hora	Preço
1 A	Natação Pinguins	Segundas e Quartas	18h às 18h45m	15€
1 B	Natação Pinguins	Segundas e Quartas	17h às 17h45m	15€
2 A	Natação Golfinhos	Segundas Sextas	18h45m às 19h30m 18h às 18h45m	15€
2 B	Natação Golfinhos	Terças e Quintas	18h às 18h45m	15€
3	Natação Tubarões	Quartas e Sextas	18h45m às 19h30m	15€
4	Natação Adultos	Terças e Quintas	18h45m às 19h30m	Maiores- 17,50 € Menores- 15 €
6	Natação Adultos	Terças e Quintas	18h30m às 20h15m	Maiores- 17,50 € Menores- 15 €
12	Natação Adultos	Terças e Quintas	17h às 17h45m	Maiores- 17,50 € Menores- 15 €
13	Natação Adultos	Terças e Quintas	20h15m às 21h	Maiores- 17,50 € Menores- 15 €



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

JMG
Fmbr
Hago
72



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Deslumbrante Património Natural

Natação em regime de Lazer

- (por cada 45 minutos)

A natação é tão antiga como o homem. De facto a natação sempre foi para o homem tão vital como a marcha. Podemos definir natação como um desporto aquático que consiste na deslocação de pessoas através dos movimentos dos membros superiores e membros inferiores num meio aquático.

A natação é uma das modalidades desportivas mais completas, proporcionando ao praticante um desenvolvimento harmonioso do corpo e passível de ser praticada em qualquer idade. A natação é igualmente recomendada a bebés, grávidas e idosos. Trata-se de uma modalidade aeróbia e com um impacto reduzido para as articulações.

- Diminuição do risco de doença cardiovascular
- Coração mais forte, eliminação da gordura que rodeia o coração, estimulação da circulação sanguínea, faz com que o coração consiga bombear mais sangue e reduz a frequência cardíaca.
- Melhoria do sistema respiratório
- Fortalece os músculos da parede torácica e promove uma maior elasticidade dos pulmões, aumenta a oxigenação.
- Mobilidade articular
- A natação faz com que os músculos aumentem de tamanho e protejam mais eficazmente tendões e ligamentos, para além de exercitar todas as articulações e potenciar a sua flexibilidade. A sua lubrificação interna também melhora, aliviando a dor causada pela artrose, fibromialgia, lordose e cifose.
- Melhoria da autoestima e bem-estar psicológico
- Os desportistas sentem-se mais independentes e seguros. No caso da natação, a estes benefícios acrescenta-se o facto da água permitir uma liberdade de movimentos que o trabalho a seco não proporciona. Isto favorece a vertente lúdica, facilitando o relaxamento mental.
- Retarda o envelhecimento
- Físico e Psicológico

	Dias da Semana	Fim-de-semana
Crianças até aos 6 anos (obrigatoriamente acompanhadas por um adulto)	Grátis	Grátis
Menores de 18 anos (Dos 7 aos 11 anos obrigatoriamente acompanhadas por um adulto)	1€	1,50 €
Cartão Jovem (Dos 18 aos 25 anos)	1,80 €	2,25 €
Cartão Jovem / Alijovem (Dos 12 aos 17 anos)	0,80 €	1,35 €
Cartão Alijovem (Dos 18 aos 35 anos)	1,80 €	2,25 €
Maiores de 18 anos	2 €	2,50 €
Cacifos	0,50 €	0,50 €

Hidroginástica

A água é, sem dúvida, um meio propício para o exercício. Indivíduos de todas as idades e diferentes níveis de condição física podem beneficiar das suas propriedades de uma forma segura e divertida.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC
13
[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Património Natural

A procura de atividades aquáticas como a Natação mais especificamente, a Hidroginástica, decore principalmente de uma crescente consciencialização de que o exercício na água faz bem à saúde e de que, na água, até os eventuais efeitos perversos do exercício podem ser superados.

A Hidroginástica é uma atividade física que assume uma crescente valorização social e cultural, fundamentalmente por desempenhar um importante papel na gestão do stress quotidiano. É uma atividade que reúne os vários componentes do Fitness, de forma equilibrada, proporcionando um trabalho diversificado, motivador e capaz de permitir uma melhoria na qualidade de vida dos praticantes.

- ✓ Auxilia o tratamento de problemas articulares;
- ✓ Realização de exercícios sem sobrecarregar as articulações;
- ✓ Fortalece as musculaturas articulares;
- ✓ Melhora a artrite reumática;
- ✓ Massaja todo o corpo;
- ✓ Melhora a condição da pele, aumentando a circulação;
- ✓ Diminui os problemas de hipertensão e hipotensão;
- ✓ Melhora o sistema respiratório;
- ✓ Alivia a dor e reduz os espasmos musculares;
- ✓ É saudável para qualquer idade;
- ✓ Não possui contra - Indicações.

Turma	Modalidade	Dias da Semana	Hora	Preço
6	Hidroginástica	Segundas e Quartas	17h às 17h45m	Maiores- 17,50 € Menores- 15 €
7	Hidroginástica	Segundas e Quartas	19h30m às 20h15m	Maiores- 17,50 € Menores- 15 €

Pilates

O método Pilates é um método ajuda a melhorar a postura restabelecendo o equilíbrio natural e a consciência do próprio corpo.

Durante o treino não se treina somente os grandes grupos musculares e mais fortes, mas também, os músculos mais fracos, os músculos "esquecidos". O método Pilates visa restabelecer o equilíbrio muscular da musculatura natural que muitas vezes se encontra danificada, seja devido a um esforço unilateral ou por causa de doenças ou lesões.

- Jovens e idosos podem praticar e modalidade adaptando-a às suas capacidades / dificuldades;
- A força e a tonicidade do aparelho muscular aumentam;
- Musculatura do tronco fortalecida deixa a barriga mais lisa e a cintura mais definida e fina;
- As "zonas problemáticas", ou seja, a barriga, as ancas e as nádegas, são tonificadas;
- Os músculos dos braços são reafirmados e fortalecidos de uma forma suave;
- As tensões musculares vão desaparecendo, o que, em conjunto com o fortalecimento da musculatura, acaba com as dores de cabeça proveniente das erros posturais do dia a dia;
- A postura torna-se mais direita, correta e descontraída;
- As costas direitas, sem dores e bem descontraídas e um andar ereto melhoram a sua apresentação e confiança;
- Um maior relaxamento ajuda a minimizar o stress;
- Ensina a respirar de forma mais económica e a abastecer todo o corpo com oxigénio;
- A capacidade de concentração, coordenação e equilíbrio são melhoradas, pelos desafios que lhes são colocadas;



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Património: Paisagem Natural

- Melhoria do controlo dos músculos do pavimento pélvico favorecendo a contenção de esfíncteres;
- Estimulo proprioceptivo;
- Indicado para pós parto, pós lesões, cirúrgicos recentes co, Indicação Médica

Turma	Modalidade	Dias da Semana	Hora	Preço
10	Pilates	Quartas Sextas	19h10m às 20h 18h10m às 19h	Maiores- 17,50 € Menores- 16 €

Aeróbica / Step

Criado nos EUA, o treino de *Step*, baseia-se na subida e descida de uma plataforma, fortalecendo o sistema cardiovascular e os músculos dos membros inferiores.

O *Step* caracterizado por ser uma modalidade segura de baixo impacto e de grande intensidade. Este é praticado em plataformas individuais com alturas variadas, conseguindo integrar na mesma classe todos os níveis de condição física, desde que a coreografia não seja muito complexa.

Diminui o risco de doenças cardiovasculares;

- ✓ O coração torna-se numa bomba mais eficaz;
- ✓ O sistema circulatório torna-se mais eficiente;
- ✓ O sangue torna-se um melhor transportador de oxigénio;
- ✓ Reduz a pressão arterial;
- ✓ Reduz o risco de obesidade;
- ✓ Aumenta a utilização de glucose;
- ✓ Diminui a resistência à insulina;
- ✓ Diminuição das tensões do dia-a-dia (stress);
- ✓ Melhoria na ingestão, expulsão e sono.

Turma	Modalidade	Dias da Semana	Hora	Preço
8	Aeróbica / Step	Terças e Quintas	18h10m às 19h	Maiores- 17,60 € Menores- 15 €
9	Aeróbica / Step	Terças e Quintas	19h10m às 20h	Maiores- 17,50 € Menores- 15 €

Fitnesskombat

O Fitnesskombat é uma modalidade aeróbica previamente coreografada, inspirado em combinações de movimentos de braços e pernas de artes marciais como o boxe o Muay Thai o Tae Kwon Do, o jiu jitsu brasileiro. É uma modalidade estimulante que fortalece e tonifica todo o corpo ao mesmo tempo que queima grandes quantidades de calorias e melhora a sua capacidade cardiovascular terá também melhorias na coordenação, força muscular, postura, agilidade e flexibilidade.

Turma	Modalidade	Dias da Semana	Hora	Preço
11	Fitnesskombat	Segundas e Sextas	19h10m às 20h	Maiores- 17,50 € Menores- 15 €



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature: JMG
Fevereiro
2013



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Património Natural

Zumba

Foi criado de forma a incorporar exercício aeróbico, exercício muscular e treino intervalado, por esta razão dizemos que o Zumba é um treino intermitente. Um participante de Zumba receberá benefícios em termos de uma rápida queima de calorias (derivado do exercício aeróbico), tonificação muscular (derivado do exercício muscular) assim como benefícios fisiológicos e psicológicos (derivado do treino intervalado obtido).

Turma	Modalidade	Dias da Semana	Hora	Preço
14	Zumba	Segundas Quintas	19h10m às 20h 18h10m às 19h	Maiores- 17,50 € Menores- 15 €
15	Zumba Sanfins do Douro	Quartas Sextas	20h30m às 21h20m 19h30m às 20h20m	Maiores- 17,50 € Menores- 15 €

Piscina Municipal Dezembro / 2012 a Janeiro / 2013

Entradas no Complexo para utilização da Piscina

Dezembro 2012

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	895
Hidroginástica	189
Atividades de Academia	182
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	848
Lazer	130
TOTAL	2064 Entradas

Janeiro 2013

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	928
Hidroginástica	350
Atividades de Academia	179
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	769
Lazer	156
TOTAL	2382 Entradas



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural

**Pavilhão Municipal
Dezembro / 2012 a Janeiro / 2013**

Entradas no Complexo para utilização do Pavilhão

Dezembro 2012

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	1186
A. Marciais	84
Basquetebol	82
Futsal	266
TOTAL	1618 Entradas

Janeiro 2013

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	1241
Basquetebol	69
Futsal	540
TOTAL	1850 Entradas

C - Posto de Turismo

Dezembro

16 Portugal
02 França
06 Espanha
12 Emigrantes

Total: 36

- Prestação de informação via telefone e correio eletrónico

Janeiro

18 Portugal
02 França
01 Dinamarca

Total: 21

- Prestação de informação via telefone e correio eletrónico.

Fevereiro até à data de 20.02.2013

12 Portugal
02 França
04 Espanha

Total: 18

- Prestação de informação via telefone e correio eletrónico.
- Exposição de Escultura/Pintura do Artista José Ribeiro



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

*João
Ferreira
Ferreira*



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

D – Gabinete de Arqueologia (JANEIRO, FEVEREIRO)

A presente exposição descreve as atividades fundamentais levadas a cabo pelo Gabinete de Arqueologia no bimestre supramencionado. Nesta, integram-se todas as ações de preservação, valorização, proteção e divulgação do património cultural, executadas no âmbito do interesse cultural relevante para o Concelho de Alijó. O interesse cultural relevante engloba, nomeadamente, o histórico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social e técnico.

Ações fundamentais do Gabinete de Arqueologia:

Continuação do restauro *"in situ"* da sinalética orientativa e dos painéis explicativos presentes nas jazidas arqueológicas do Concelho de Alijó. De destacar que o objetivo fulcral deste trabalho periódico é a preservação dos arqueossítios concelhios e a divulgação histórica e cultural dos mesmos, bem como a fruição pública destes espaços;

Relocalização do painel explicativo bilingue do Castro do Póculo. Atualmente encontra-se localizado no topo do monte, correspondente à acrópole do povoado, junto à Capela de S. Marcos. Esta relocalização tornou-se evidente, mediante a destruição parcial deste painel, aquando da realização das obras de calcetamento no Santuário da Sr.ª da Boa Morte, que desencadearam a respetiva deslocação e restauro;

Publicação da notícia sobre a *"Classificação da Necrópole Megalítica do Alto das Madornas (Vila Verde), como Sítio de Interesse Público (SIP)*, em diversos jornais regionais e nas páginas da internet oficiais do Município de Alijó. A necrópole megalítica supracitada, cronologicamente datável do período do Neolítico, encontra-se atualmente mais preservada e segura sobre todos os pontos de vista;

Conceção e execução de visitas técnicas e pedagógicas guiadas, dirigidas a escolas e grupos interessados em conhecer o passado concelhio, a saber:

- Dia 22 de Janeiro (Visita guiada ao arqueólogo Paulo Lima, interessado em conhecer o *"Abrigo Rupestre da Pala Pinta"*, tendo em vista o desenvolvimento de uma tese de mestrado). Nesta mesmo dia também esteve presente um professor doutorado do Observatório Meteorológico da Coimbra, da forma a colaborar na respetiva tese e indicar uma nova abordagem interpretativa;

- Dia 25 de Janeiro (Visita guiada a duas turmas do 3º e 4º ano, da Escola Básica do 1º Ciclo de Favelos);

Envio de uma candidatura para os CTT, no âmbito das temáticas propostas e da diversidade cultural e natural do Município de Alijó, por forma a sugerir a representação gráfica de dois monumentos singulares localizados no Concelho de Alijó, de modo a poderem figurar nos *"Selos de Portugal da 2014"*;

Inscrição e participação na *"Formação de Quantum GIS"*, desenvolvida pela Ordem dos Engenheiros, no Porto, nos dias 6 e 7 de Fevereiro. De mencionar que esta formação foi custeada pelos respetivos formandos, tendo em vista a aplicação de conhecimentos no Município de Alijó;

Continuação da conversão da bibliografia arqueológica existente em formato documental para formato digital, ou seja, em *PDF*. De destacar que esta bibliografia encontra-se atualmente localizada no fundo local da Biblioteca Municipal de Alijó/Edifício Principal do Município de Alijó e na internet, mediante projetos informáticos recentes de digitalização documental, como seja a revista científica *"Arqueólogo Português"*;

Acompanhamento arqueológico de alguns trabalhos previamente comunicados e posteriormente desenvolvidos no Concelho de Alijó;



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

*me
funt
freg*



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural

Análise e consequente resposta via correio eletrónico a diversos pedidos individuais e de entidades empresariais, relativos ao património histórico e arqueológico exumado neste concelho;

Aleria contínuo para a disponibilização na página de Internet de Arqueologia do Município de Alijó de um formulário online para solicitação de visitas arqueológicas, com o objetivo premente de desburocratizar a mercção de visitas guiadas, uma vez que as mesmas são um veículo privilegiado de divulgação, dinamização, salvaguarda e proteção do rico património histórico e arqueológico exumado no Concelho de Alijó;

Proseccução da divulgação do Concelho de Alijó em termos patrimoniais e culturais, através do envio de imagens e informações adicionais relevantes para a plataforma web "PANORAMIO" em <http://www.panoramio.com>;

Divulgação de eventos de âmbito cultural e histórico através da Newsletter com periodicidade mensal. Esta Newsletter, além de ser enviada por correio eletrónico, pode ser ainda consultada e visualizada na página do Município especificamente dedicada à Arqueologia, em <http://arqueologia.cm-alijo.pt>;

Dinamização do património histórico e arqueológico concelhio, mediante a continuação da aplicação de miniprojectos:

- Atualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia;
- Divulgação mensal do património arqueológico concelhio através da Agenda Municipal e da Newsletter (todos os meses o Município de Alijó dá a conhecer diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios);
- Colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local.

E- Obras e Intervenções Municipais

- * Reparação de ruturas de água;
- * Limpeza e manutenção de estações elevatórias/ETARS;
- * Desentupimento/limpeza de saneamentos, fossas séptica, fontanários e ribeiros;
- * Trabalho em ramais de saneamento e colocação de grelhas para águas pluviais;
- * Trabalhos de manutenção em várias EB1 e JI do concelho;
- * Trabalhos de manutenção nos Bairros Sociais do Concelho;
- * Trabalhos vários em estradas e passeios;
- * Trabalhos/Manutenção em caminhos vicinais;
- * Trabalhos/Manutenção em calçada;
- * Transporte/recolha de camas articuladas;
- * Transporte de briquetes para EB1 e JI do Concelho;
- * Colocação de sinais de trânsito;
- * Colocação e manutenção de tampas de saneamento;
- * Montagem e desmontagem de Stande, Palcos e Estrado;
- * Trabalhos de manutenção na Biblioteca Municipal de Alijó;
- * Limpeza de espaços públicos;
- * Trabalhos de jardinagem vários;
- * Montagem/Verificação de contadores;
- * Montagem de paragem de autocarros.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number 79.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Património Deslumbrante

1. Liberações de Cauções às empresas:

Acácio Fernando dos Santos, Construção Civil

- Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Sr. Amílcar Fernandes de Magalhães), valor libertado 464,25 €;
- Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Sr. Alberto Mário) valor libertado 533,25 €;
- Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Sr. Antero Acácio Catarino), valor libertado 277,50 €;
- Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Sr. António Joaquim Vieira), valor libertado 517,50 €;
- Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Sr. Fernando Augusto Magalhães), valor libertado 293,25 €;
- Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Sr. João Rodrigues Afonso), valor libertado 544,13 €;
- Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Sr. José Carlos Cataluna), valor libertado 236,25 €;

António Joaquim do Nascimento Pereira, Construções Unipessoal Lda.

- Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação do Sr. Joaquim de Jesus Torres), valor libertado 268,50 €;
- Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação do Sr. Cândido Augusto da Costa Boura), valor libertado 318,30 €;
- Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação do Sra. Flora Augusta Vieira), valor libertado 347,26€;
- Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação de Habitação do Sra. Maria do Céu Alves Inês), valor libertado 286,20 €;
- Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação do Sra. Otília da Conceição), valor libertado 434,10 €;
- Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação do Sr. Leonídio do Nascimento Magalhães Afonso), valor libertado 491,26 €;
- Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação do Sra. Celeste Correia Parede), valor libertado 304,50 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Caminho da Mina - Castedo), valor libertado 1.221,00 €;
- Pólo do Museu do Douro (Pão e Moscatel) – Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favatos), valor libertado 1.143,93 €.

DouroPolis, Construção Civil e Obras Públicas

- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Bairro do Pombal), valor libertado 1.772,97 €.

Construetea – Construção Civil & Obras Públicas, Lda.

- Construção da Sala Multiusos em Alijó, valor libertado 5.887,56 €;
- Recuperação dos Interiores da Biblioteca, valor libertado 568,83 €.

Pavimentações António Rodrigues da Silva & Filhos Lda.

- Pavimentações e Arruamentos no Concelho (Pópulo e Alto do Pópulo), valor libertado 1.141,72 €;
- Pavimentações e Arruamentos no Concelho (Rua Dr. Ernesto Morais em St^a Eugénia), valor libertado 992,20 €.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Rebairros: Rebairros Rebairros

Alfa Ténis – Campos de Ténis Lda.

- Edifícios Escolares – Conservação e Reparação (Recuperação do Recreio de Escola Primária de Sanfins do Douro), valor libertado 2.898,88 €;
- Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 1ª Fase – Povoação de Franzilha, valor libertado 1.353,37 €;
- Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 2ª Fase – Povoação de Ribalonge, valor libertado 173,99 €.

Francisco Perela Marinho & Irmãos, S.A.

- Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento – Chã, valor libertado 611,36 €.
- Antero Alves de Palva – Sociedade de Construções, Lda.
- Execução do Santuário de Nossa Senhora dos Aflitos em Pegarinhos, valor libertado 6.049,60 €.

Mota & Luís, Lda.

- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Conservação/Requalificação de Espaços Verdes), valor libertado 1.433,13 €.

Arménio de Sousa Gonçalves - Construção Civil e Obras Públicas

- Construção das Bancadas do Campo de Futebol, valor libertado 8.827,36 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Acesso à Estação do Tua), valor libertado 1.923,06 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua do Xlconhoca e Rua da Seara em Carvalho), valor libertado 5.478,56 €;
- Sistema de Drenagem e Águas Residuais em Alijó – 2ª Fase – Povoação de Santa Eugénia, valor libertado 1.599,05 €.

MAP Construções – Maria Ângela Perela

- Edifício do Município - Conservação e Reparação, valor libertado 2.775,84 €;
- Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento – Vale de Cunho, valor libertado 232,62 €;
- Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento - S. Mamede de Ribatua, valor libertado 3.472,50 €;
- Construção de Fossa Sética no Amleiro, valor libertado 1.696,03 €;
- Parque de Merendas do Santuário de Nossa Senhora da Piedade, valor libertado 2.168,65 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Freguesia de Vila Chã), valor libertado 3.817,01 €;
- Recuperação da Zona de Lazer de S. Mamede de Ribatua, valor libertado 13.426,99 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Acesso ao Bairro dos Lages em Presandães), valor libertado 1.715,69 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Passelos na Ribalonga), valor libertado 2.874,96 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua de Acesso ao Reservatório em Sanfins do Douro), valor libertado 2.023,88 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua Torcato Ribeiro em Alijó), valor libertado 3.694,92 €;
- Reparação e Remodelação dos Conjuntos Habitacionais do Concelho (Carlão e Pegarinhos), valor libertado 3.874,20 €;
- Construção e Reparação de Muros Degradados (S. Mamede de Ribatua), valor libertado 262,12 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua Central no Castelo em Sanfins do Douro), valor libertado 3.218,46 €;



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date:
27
Jury
Ferreira



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural

- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Passelo da Acesso ao Reservatório da Lama Boa), valor libertado 757,17 €.

Santos Fernandes & Filhos Lda.

- Beneficiação de Estradas no Concelho (Pinhão), valor libertado 967,99 €;
- Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 1ª Fase – Povoação do Castedo, valor libertado 9.680,52 €;
- Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 1ª Fase – Povoação de Vilarinho de Cotas, valor libertado 11.658,58 €;
- Parque de Estacionamento dos Autocarros - Construção do Coberto, valor libertado 3.358,69 €;
- Pavimentações e Arruamentos no Concelho (Rua da Caveira e Rue do Figueiredo em Favaios), valor libertado 2.106,66 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua Central da Arcã em Alijó), valor libertado 1.670,00 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Freguesia de Casal de Loivos), valor libertado 726,13 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Povoação do Pinhão), valor libertado 3.548,84 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Povoação de Pegarinhos), valor libertado 8.411,36 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua Cimo do Lugar e Rua do Vale em Carlião) valor libertado 2.384,13 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua Cimo de Vila em Alijó), valor libertado 1.273,92 €;
- Edifícios Escolares – Conservação e Reparação (Escola do Pinhão), valor libertado 4.745,30 €;
- Edifícios Escolares – Conservação e Reparação (Escola de S. Mamede da Ribatua), valor libertado 2.180,22 €;
- Construção do Muro da Estrada Nacional em Vilar de Maçada, valor libertado 405,60 €;
- Construção e Reparação de Muros Degradados (Sanradela), valor libertado 243,45 €;
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Acesso ao Cemitério de Pegarinhos), valor libertado 2.908,75 €;
- Execução do Parque de Estacionamento do Pavilhão Gimnodesportivo de Alijó, valor libertado 3.179,50 €;
- Pavimentações e Arruamentos no Concelho (Jardim de Cheires), valor libertado 1.131,60 €;
- Pavimentações e Arruamentos no Concelho (Vale de Mir), valor libertado 1.689,00 €;
- Edifícios Escolares – Conservação e Reparação (Escola de Sanfins do Douro), valor libertado 1.569,90 €;
- Infraestruturas de Consolidação e Divulgação da Anta da Fonte Coberta), valor libertado 446,25 €;
- Conservação e Reparação do Edifício (Complexo Desportivo das Piscinas Municipais), valor libertado 3.627,31 €;
- Pavimentações e Arruamentos no Concelho (Povoação de Cheires – Rua nº 1 e Bairro do Ribetral), valor libertado 681,44 €;
- Pavimentações e Arruamentos no Concelho (Freguesia de S. Mamede de Ribatua), valor libertado 1.927,13 €;
- Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento (Carlião), valor libertado 915,00 €;
- Requalificação da Zona Central de Casal de Loivos, valor libertado 2.979,56 €;
- Cemitério – Alijó, valor libertado 500,63 €;
- Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento (Bairro Social do Pinhão), valor libertado 371,23 €;
- Construção e Reparação de Muros Degradados no Pinhão (Acesso ao Infantário), valor libertado 980,00 €;



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Património Paisagístico Natural

JMC 22
Ambr
Haqz

- Requalificação de Recreios/Espaços de Lazer do Pré-escolar EB1 do Concelho, valor libertado 2.796,48 €;
- Construção e Reparação de Muros Degradados (Vale de Mendiz), valor libertado 8.560,50 €;
- Construção de Balneários nos Polivalentes do Concelho (Sanfins do Douro), valor libertado 942,37 €;
- Pavimentações e Arruamentos no Concelho em Vale de Mandiz (Largo da Igreja), valor libertado 7.955,29 €;
- Edifícios Escolares, Conservação e Reparação (Ensino Pré – Primário em Sanfins do Douro), valor libertado 2.260,50 €;
- Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento (Favalos, Alijó e Sanfins do Douro), valor libertado 4.489,58 €;
- Pavimentações nas Freguesias - Alijó (Acesso ao Reservatório da Lama Boa), valor libertado 1.783,01 €;
- Bairro da Casa do Povo em Pegarinhos – Saneamento e Pavimentação, valor libertado 3.954,01 €;
- Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 1ª Fase – Povoação do Carlião, valor libertado 2.345,48 €.

2. Autos de medição, Pedidos de pagamento e Justificativos de despesa da Empreitada da Beneficção/Ampliação da Zona Desportiva e de Lazer de Alijó.
3. Relatório anual da Empreitada da Beneficção/Ampliação da Zona Desportiva e de Lazer de Alijó.
4. Relatório final da Empreitada da Requalificação da Rua Francisco Artur Martins/ Eng.º Delfim Magalhães.
5. Procedimento por Ajuste Direto – “Aquisição de Serviços de Contro da Qualidade das Águas para Consumo Humano”
6. Elaboração e aprovação do Programa de Contro da Qualidade da Água (PCQA) para o ano de 2013
7. Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto
8. Introdução dos resultados da verificação da qualidade da água para consumo humano obtido na implementação do PCQA (Programa de Contro da Qualidade da Água) referente ao ano de 2012 no portal do ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) conforme o estipulado do n.º 5 do art.º 4 do Decreto-Lei n.º 306/ 2007, de 27 de Agosto
9. Realização e submissão no SIGON.2 dos Relatórios de Execução Anual – ano de 2012, das seguintes Operações:
 - a) Norte -10-0241-FEDER-000162 – “Beneficção e Revitalização do Mercado Municipal”;
 - b) Norte-10-0144-FEDER-000195 – “Construção/ Requalificação do Pólo Escolar Integrado de Alijó-Pré-Escolar e EB”.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 23
Furt
Furt



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Património Natural

10. Realização e submissão no SIGON.2 do Relatório Final de Execução da Operação – Norte - 09-0347-FEDER-000068 – Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favalos

F – Ação Social

- > Atendimento / Encaminhamento de situações;
- > Apoio psicossocial;
- > Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias);

Apoio a Idosos e Deficientes

Ajudas Técnicas - dada a incapacidade de Segurança Social em dar resposta e todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho.

De Janeiro a fevereiro foram emprestados:

Solicitações	Pedidos			Devoluções
	Camas	Cadeiras	Gratões	
Alijó	1			
Carlão	1			
Vilarinho de Cotas	1	1		
Vilar de maçada	1			
S ^{ta} Eugénia				1 cama
Sanfins do Douro				1 cama
Alijó - Granja				1 cama
Total	4	1		3

Habituação

Habituação Social – Janeiro a fevereiro

Acompanhamento aos inquilinos que fizeram acordo para pagamento das rendas em atraso. De referir que:

Em Fevereiro surgiu uma nova situação de incumprimento, no Conjunto Habitacional de Alijó, dívida desde agosto de 2012. Solicitou acordo para pagamento total da dívida até fins de março de 2013.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten notes:
MCP 24
Bank
Fazer



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Património Natural

Conjunto habitacional	Já completaram o plano de pagamento	Em cumprimento	Em incumprimento	Pediram alteração do acordo	Incumprimentos sem acordo
Alijó	1	3		1	
Pré- fabricado – Alijó					
Favalos					
Igaph - Favalos	1				
Sanfins do Douro	2		1		1
Igaph - Sanfins					1
S. Mamede	1		1		
Pegarinhos					2
Castedo					3
Sta eugénia					
Pinhão					
Igaph - pinhão					
Bairro da refer - Pinhão	1				
Cotas					3
Carlão					2
Casal de Loivos					
total	6	3	2		12

Apoio a famílias vítimas de Incêndio ou catástrofe natural

- um pedido de Janeiro a fevereiro;

Apoio a famílias pertencentes a estratos sociais desfavorecidos (vítima de catástrofe natural) – Janeiro a fevereiro

Freguesias	Tipo de apoio		Nº famílias apoiadas
	Materiais de construção	Mão de obra	
Pópolo *foi solicitado também apoio à segurança Social	Material elétrico	Apoio técnico do electricista da Câmara	1
Total			1

Freguesias	Tipo de apoio		Nº famílias apoiadas
	Materiais de construção	Mão de obra	
Alijó	- 35m2 de mosaico	Assumida pela família	1



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

JMG 26
Paulo
Ferreira



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Deslumbrante Património Natural

	- 8 sacos de cimento cola		
Alijó	- 35m2 de mosaico - 8 sacos de cimento cola	Assumida pela família	1
Total	Mosaico 70m2 + 16 sacos cimento cola		2

Apoio a famílias partence

ntes a estratos sociais desfavorecidos (habitação Social) – Janeiro e fevereiro

- Programa "Solarh"

Nota: as candidaturas ao programa SOLARH, estão suspensas, assumindo o IHRU, apenas os investimentos já contratados. O apoio será retomado assim que haja condições financeiras.

Situação atual:

N.º de processos em análise nos serviços – 1 (Sanfins do Douro suspenso na Câmara)

Nº de processos em análise no IHRU: - 1 (S. Mamede da Ribatua suspenso no Porto)

Gabinete de Inserção Profissional -- GIP -- Janeiro a fevereiro

Mês	Nº de inscritos	Freguesia	1ª emprego	Novo emprego	Idade	Escolaridade	Convocados para formação – técnicas procura de emprego/medidas ativas de emprego
Janeiro	40	Alijó – 13 Castedo – 1 Carlião – 1 Cotas – 2 Favalos – 2 Sanfins -9 Senta Eugénia – 1 Vila Chã – 2 Vilar Meçada - 6	24	16	30	9º	76
					18	9º	
					35	9º	
					35	6º	
					53	4º	
					22	Licenciatura	
					41	9º	
					19	9º	
					28	9º	
					29	Licenciatura	
					18	9º	
					48	6º	
					20	4º	
					20	9º	
					52	9º	
					37	9º	
					35	9º	
39	9º						
39	9º						
27	12º						
44	9º						
38	4º						



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 27
Paulo
Ferreira



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural

Atividades desenvolvidas pela Rede Social de Janeiro a fevereiro

- Grupo Terceiras Sociais

Realizou uma reunião em fevereiro para a atualização do Diagnóstico Social da Rede Social. Cada técnica das instituições presentes colaborou na atualização dos dados do referido Diagnóstico. As mesmas referiram a dificuldade no que respeita ao nº de utentes nas respostas sociais Centro de Dia e Apoio Domiciliário, uma vez que há uma maior procura para a resposta social Lar de Idosos.

- núcleo executivo

Realizou reunião para fazer o ponto de situação referente à atualização do Diagnóstico Social.

Estão em elaboração:

- o relatório final de 2012;
- Diagnóstico Social da Rede social 2013/2015
- o plano de ação 2013

Através da rede foram encaminhadas para Cantina Social duas situações, com residência na freguesia de Vale de Mendiz.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

- Processos transitados: 14
- Processos em acompanhamento: 18
- Processos entrados/abertos de janeiro a fevereiro: 4
- Processos remetidos para tribunal de julho a setembro: 0

Funcionamento da CPCJ)

Reuniões para 2013	Total ano	Jan. a Fevereiro	Total até fevereiro (até 19 fevereiro)
Comissão Restrita	26	6	6
Comissão Alargada	6	1	1
Total reuniões de janeiro a fevereiro de 2012			6

Gabinete de Apoio ao Emigrante – Janeiro a fevereiro

	Atendimento	Assuntos	Nacionalidades	Diligências	Freguesia
Janeiro	6	- Procura de descendentes; - Reformas; - Sef-legalizações; - apoios vários	Búlgara Portuguesa Suíça	Serviços consulares e SEF	
Fevereiro	4	Tradução de documentos; reforma;	Portuguesa Suíça	Apoio a questões administrativas;	



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC
Faria
Faria

28



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Póvoa do Varzim

		direitos sociais fora de Portugal - Procura de descendentes ;		Serviços consulares	
Total	10				

H – Saúde Pública:

Apresenta-se, seguidamente, um resumo da atividade desenvolvida pelo Médico Veterinário Municipal de Alijó entre 14 de Dezembro de 2012 e 19 de Fevereiro de 2013:

- Inspeção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê;
- Inspeção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó;
- Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro;
- Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário;
- Campanha de vacinação antirrábica em época especial;
- Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro;
- Avaliação de projetos e vistoria prévia de estabelecimentos de venda e/ou manufatura de produtos alimentares, para posterior emissão da Licença de Utilização Camarária, com emissão de parecer;
- Avaliação de queixas de insalubridade envolvendo animais;
- Coordenação semanal com o canil intermunicipal da Vila Real, para programação e execução de capturas de cães errantes no concelho de Alijó;
- Colaboração com a GNR de Alijó na resolução de problemas envolvendo animais;
- Vistorias a veículos de venda ambulante de produtos alimentares, para posterior emissão de cartão de vendedor ambulante;
- Participação no Júri da admissão no Concurso Pecuário da Raça Maronesa, Integrado nas Festas dos Reis, na localidade e freguesia de Vila Verde.
- Inspeção Sanitária em matanças tradicionais de suínos, nas localidades de Amieiro e São Mamede da Ribatua;
- Presença nas montarias ao javali, organizadas pela Câmara Municipal de Alijó.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

July 29
Paulo
Ferreira



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Pob. 2011: 10.100 hab.

I – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objetivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó Setor de Empreendedorismo	.GADL; . SPA, Consultoria; . Empreendedores	Prémio EDP – Empreendedor Sustentável Acompanhamento dos empreendedores com candidaturas ao Proder (eixo 1 e 3)	. Reunião de trabalho com cada um dos empreendedores com projetos em condições de serem candidatados;
Concelho de Alijó Setor de Empreendedorismo	.GADL; . SPA, Consultoria; . Empreendedores; . Juntas de Freguesia do Concelho	Prémio EDP – Empreendedor Sustentável – Pré-Inscrição de empreendedores na 2.ª edição do programa – Inscrições abertas	. Atendimento dos empreendedores individualmente com realização de inscrição presencial.
Concelho de Alijó Setor Agropecuário – Alijó, Pópulo, Santa Eugénia.	. GADL; . Promotores	Acompanhamentos das atividades nas explorações Pecuárias e Cozinhãs Regionais.	. Visitas de trabalho periódicas às explorações.
. Concelho de Alijó – Sector Agricultura	. GADL; . Juntas de Freguesia de Casal de Lóvos, Vale de Mendiz, Pinhão, Favalos e Pópulo	Apoio financeiro aos viticultores cujas parcelas de vinha sofreram danos causados pela queda de granizo em Maio e Julho de 2012 de acordo com a Portaria n.º40/2013 de 1 de fevereiro de 2012.	. Informação efetuada às Juntas através de Aviso para divulgação.
Concelho de Alijó (Setor Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; . Guarda-florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF;	. Melhorar a Gestão da ZCMA.	. Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e comedouros naturais; . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

MC 30
[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Património Natural

			<p>realizados;</p> <ul style="list-style-type: none">. Foram efetuadas ações de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA;. Divulgação através do Site do Município de toda informação necessária para o exercício da Caça na ZCMA, para época venatória 2012/2013;. Realização de Montaria de acordo com o Plano Anual de Exploração de 2012/2013;- Requerimento para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador e recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas;. Tratamento e envio de correspondência ao caçador;. Fiscalização da ZCMA;. Participação no seminário "A Caça e o Turismo" – Feira da Caça em Macedo de Cavaleiros.
--	--	--	--



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

M. J. 31
João
Faço



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Pob. 10000 | Local. 10000

			<ul style="list-style-type: none">. Elaboração do Plano de ordenamento e exploração cinegética (POEC)- pedido de renovação da ZCMA.
Concelho de Alijó (Setor Pesca – Zona de Concessão de Albufeira de Vila Chã Alverá n.º208/2008)	<ul style="list-style-type: none">. GADL;. Guarda-florestal Auxiliar;	<ul style="list-style-type: none">. Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã;	<ul style="list-style-type: none">. Serviço administrativo da Concessão de Pesca;. Emissão de autorizações diárias para pescar na Albufeira de Vila Chã;. Informação e divulgação através do Edital da abertura do período de Pesca na Albufeira de Vila Chã.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none">. GADL;. GTF;. COM.	<ul style="list-style-type: none">. Coordenar as ações de Serviço Municipal de Proteção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IPMA.	<ul style="list-style-type: none">. Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó e nos Concelhos limítrofes.
	<ul style="list-style-type: none">. COM;. GTF;. GADL.	<ul style="list-style-type: none">. Coordenar as ações de Combate aos Incêndios Urbanos /Florestais/Acidentes Rodoviários.	<ul style="list-style-type: none">. Acompanhamento, coordenação e apoio logístico de todos os meios envolvidos nos teatros de operações dos Incêndios Urbanos/Florestais



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 32
Paula
Faço



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Património Natural

(SMPC)			
Gabinete Técnico Florestal (GTF)			. Acidentes Rodoviários ocorridos no Concelho de Alijó.
	. GADL; . GTF; . COM.	. Esclarecimento sobre o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 177/2009, de 14 de Janeiro que estabeleça as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.	. Defesa de pessoas e bens, redes secundárias de faixas de gestão de combustível, interpretação do decreto-lei.
	. GTF; . GADL; . COM;	. Cumprimento da legislação sobre condicionalismos à edificação.	. Elaboração de pareceres.
	. GTF; . GADL; . COM; . BV Alijó; . Centro de Dia de Carvão.	. Medidas de evacuação em caso de incêndio; . Primeiros socorros.	. Sessão de esclarecimento/treino.
	. GTF; . GADL; . COM; . Prof. Clube Proteção Civil de EB 2,3 de Alijó	. Comemoração do Dia Mundial da Proteção Civil – propostas de atividades.	. Reunião conjunta.
	. GTF; . COM.	. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).	. Atualização dos dados constantes no PMDFCI.
	. GADL; . GTF; . Presidentes Junta Freguesia Concelho; . Membros do Executivo CMA.	. Candidaturas PRODER.	. Breve apresentação de candidatura para limpeza galerias ripícolas.
	. GADL; . GTF; . Afiodounorte	. Trabalho para proposta da Rede Viária Municipal e Mosaicos para candidatura ao PRODER – DFCl.	. Reunião de trabalho.
	. GTF; . COM.	. Faixas de Gestão de Combustível - proprietários privados.	. Verificação no terreno das situações apresentadas, em gabinete.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2013
33
Fonseca
Fonseca



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Património Deslumbrante

	<ul style="list-style-type: none">. GTF;. COM;. Serviços técnicos do ICNF.	<ul style="list-style-type: none">. Árvores de Interesse público – Jardim Matos Cordelro em Alijó.	<ul style="list-style-type: none">. Avaliação das espécies existentes e classificadas para posterior intervenção.
	<ul style="list-style-type: none">. GTF;. COM;. Serviços Técnicos das Estradas de Portugal	<ul style="list-style-type: none">. Proposta de trabalho para realização de limpeza das faixas de gestão de combustível confinam com as estradas nacionais.	<ul style="list-style-type: none">. Reunião de trabalho.

Alijó, 21 de fevereiro de 2013
O Presidente da Câmara

Dr. José Artur Fontes Cascarejo
Dr. José Artur Fontes Cascarejo



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MG 34
Paulo
Ferreira

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes
Membros: -----

-----**MEMBRO CLAUDIO VILELA:** Disse que com o início do governo de Passos Coelho assistiram àquilo que muitos consideram o mais grave atentado contra o poder local. O PSD e o CDS-PP deram o maior golpe de que há memória no poder local democrático. De uma só vez o governo extinguiu cerca de 1200 freguesias, a freguesia é o órgão de poder político mais próximo do cidadão, pois é com o apoio das freguesias que os municípios resolvem grande parte dos seus problemas no quotidiano. Acrescentou que esta Lei vai agravar a qualidade de vida das populações e vai fragilizar a qualidade dos serviços públicos prestados aos contribuintes. Para que esta atitude política do governo de coligação PSD/CDS que fez aprovar na Assembleia da República, contra a vontade das populações e dos autarcas que as representam, um projeto de lei da reorganização administrativa das freguesias, fique registada na história e mais precisamente no livro da história política do nosso concelho, solicita ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a digitalização do extrato da ata do plenário da Assembleia da República de 21 de dezembro de 2012. Onde a maioria PSD/CDS procedeu à aprovação da lei de reorganização administrativa do território na especialidade, não obstante tendo havido também a votação de uma proposta de suspensão da lei de reorganização autárquica feita pelo PCP e que foi rejeitada pela maioria PSD/CDS. Esta proposta foi votada concelho a concelho, e foi pela última vez falado na Assembleia da República, o nome de algumas freguesias do concelho de Alijó de forma digna e autónoma com respeito pela história das suas gentes, pois a partir dessa data passaram a designar-se União das freguesias de Castedo e Cotas, União das freguesias de Carlão e Amieiro, União das freguesias de Pópulo e Ribalonga e União das freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas, documento que a seguir se transcreve: -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.20



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

36
Ferreira
Ferreira

Sábado, 22 de dezembro de 2012

I Série — Número 34



XII LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a **Maria da Assunção Andrade Esteves**

Secretários: Ex.^{mos} Srs. **Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco**
Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

Dau-se conta da entrada na Mesa dos projetos de resolução n.ºs 641 e 542/XII (2.º).

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, teve lugar um debate com o Sr. Primeiro-Ministro (Pedro Passos Coelho) sobre assuntos económicos, sociais e políticos.

Após o Sr. Primeiro-Ministro ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados António José Seguro (PS), Jerónimo de Sousa (PCP), João Bemedito (BE), Helena Apolónia (Os Verdes), Nuno Magalhães (CDS-PP) e Luís Montenegro (PSD).

Na generalidade, na especialidade e em votação final global, foi aprovada a proposta de lei n.º 106/XII (2.º) — Autoriza o Governo a aprovar os princípios e regras gerais aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, bem como a alterar os regimes jurídicos do sector empresarial do Estado e das empresas públicas e a complementar o regime jurídico do actividade empresarial local e das participações locais.

Na generalidade, foram aprovadas as propostas da lei n.º 107/XII (2.º) — Estabelece o estatuto do administrador

judicial, e 114/XII (2.º) — Aprova a lei de organização do sistema judicial.

Foram rejeitados os projetos de resolução n.ºs 543/XII (2.º) (PS), 544/XII (2.º) (Os Verdes), 545/XII (2.º) (BE) e 546/XII (2.º) (PCP) — Cassação da vigência do Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 de setembro, que procede à transformação da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, IP, em entidade pública empresarial, à criação da Companhia Nacional de Bailado do Organismo de Produção Artística, EPE, e à sua transformação em entidade pública empresarial, à alteração da denominação do Organismo de Produção Artística, EPE, para Teatro Nacional do São Carlos, EPE, à aprovação dos Estatutos da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, EPE, do Companhia Nacional do Bailado, EPE, do Teatro Nacional D. Maria II, EPE, do Teatro Nacional do São Carlos, EPE, e do Teatro Nacional do São João, EPE, e à constituição de agrupamento complementar de empresas formado pelas entidades públicas empresariais da área da cultura [apreciação parlamentar n.º 35/XII (2.º) (PS)].

A Câmara rejeitou, na generalidade, os projetos de lei n.ºs 256/XII (1.º) — Suspensão os aumentos das rendas das habitações sociais (PCP), 323/01 (2.º) — Regime do renda apoiada — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2012.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

PCP 36
Gent
Figue

2

I SÉRIE — NÚMERO 34

7 de maio (PCP), 318/XII (2.º) — Altera o regime de renda apoiada para uma maior justiça social (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/03, de 7 de maio) (BE) e 319/XII (2.º) — Suspensão da aplicação do regime da renda apoiada (Decreto-Lei n.º 166/03, de 7 de maio) (BE).

Foram aprovados dois requerimentos, um, apresentado pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Economia e Obras Públicas, sem votação, por um prazo de 30 dias, do projeto de lei n.º 230/XII (1.º) — Sétima alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro), estabelecendo que a TMDP passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas (BE), e outro, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Economia e Obras Públicas, sem votação, por um prazo de 30 dias, do projeto de lei n.º 325/XII (2.º) — Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP — taxa municipal de direitos de passagem (PCP).

Foram rejeitados os projetos da resolução n.º 630/XII (2.º) — Recomenda ao Governo a impenhorabilidade de bens dos estudantes do ensino superior por dívida decorrente do não pagamento de propinas (Texto substituído pelo autor) (BE) e 445/XII (1.º) — Por um serviço de urgência básica em Torre de Moncorvo (PCP).

Em votação final global, foram aprovados os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo à proposta de lei n.º 87/XII (1.º) — Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina;

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao projeto de lei n.º 284/XII (2.º) — Altera a Lei n.º 12/87, de 21 de maio, que regula a atividade de transporte de doentes por corpos de bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa (PSD e CDS-PP);

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos projetos de lei n.º 301/XII (2.º) (PSD e CDS-PP) e 309/XII (2.º) (PS) — Terceira alteração à Lei n.º 8/91, de 8 de abril (Estatuto do Provedor de Justiça), alterada pelas Leis n.º 30/96, de 14 de agosto, e 52-A/2006, de 10 de outubro.

Foram aprovados três pareceres da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, um, autorizando uma Deputado do PSD a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados, e dois, autorizando uma Deputada do BE e um Deputado do CDS-PP a prestarem depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito de processos que correm em tribunal.

Foi discutido e aprovado, na especialidade e em votação final global, o projeto de lei n.º 320/XII (2.º) — Reorganização administrativa do território das freguesias (PSD e CDS-PP), tendo usado da palavra, a diversos títulos, os Srs. Deputados Bernardino Soares (PCP), Helena Pinto (BE), José Luís Ferreira (Cds Verdes), Luís Mantenegro (PSD), Pedro Filipe Soares (BE), António Leitão Amaro (PSD), Maria Antónia (PS), António Bessa (CDS-PP) e Carlos Abreu Amadorim (PSD).

A 6.ª Presidente encerrou a sessão às 18 horas e 16 minutos.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37
JMG
Ferreira
Ferreira

30

I SÉRIE — NÚMERO 34

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai ainda proceder à leitura de um outro parecer.

O Sr. Secretário (Duarte Pacheco): — Sr.ª Presidente, Sr.ºs e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal do Trabalho da Covilhã — Secção Única — Acidente de Trabalho, Processo n.º 278/10.5TTCVL, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação emitiu um parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, como sabem, seguir-se-á uma longa votação, por isso vou combinar a estrutura da condução dos trabalhos com os vice-presidentes.

Vamos agora fazer um curto intervalo para que todos nos preparemos para um tempo mais prolongado de trabalho.

Está interrompida a sessão.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Srs. Deputados, estamos em condições de recomeçar os trabalhos.

Eram 13 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados, vamos dar início à discussão, na especialidade, do projeto de lei n.º 320/XII (2.º) — Reorganização administrativa do território das freguesias (PSD e CDS-PP).

Há acordo entre os diversos grupos parlamentares para se proceder a uma discussão na especialidade e eu vou indicar os artigos pedindo aos grupos parlamentares que queiram intervir o favor de o solicitarem, de acordo com o que está combinado.

Srs. Deputados, relativamente aos artigos 1.º, 2.º e 3.º, não se registam inscrições.

Relativamente ao artigo 4.º, inscreveu-se, para uma intervenção, o Sr. Deputado Bernardino Soares, a quem dou a palavra.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.ª Presidente, este artigo versa sobre a cessação jurídica das freguesias que são extintas por agregação, mas não há qualquer referência ao que acontece às freguesias que vão ser extintas por alteração territorial.

De facto, não há nenhuma norma na lei que nos diga quais são as freguesias que vão ser extintas por alteração territorial e, em relação a alguns municípios, também não consta nos anexos, ao contrário do que foi feito na lei de reorganização administrativa de Lisboa, em que há um artigo onde se elencam as freguesias que vão ser extintas por alteração territorial.

Por razões de segurança jurídica, penso que essa questão devia ser resolvida.

Pausa.

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, como os autores de iniciativa não pretendem intervir a porquê não há mais pedidos de palavra sobre este artigo, passamos ao artigo 5.º, relativamente ao qual a Mesa regista a inscrição, para uma intervenção, do Sr. Deputado Bernardino Soares, a quem dou a palavra.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date:
MCP 38
Faria
Faria

22 DE DEZEMBRO DE 2012

37

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.ª Presidente, sobre o artigo 4.º nada mais tenho a dizer.

O artigo 5.º, cuja epígrafe é «Sede das freguesias», refere que elas serão definidas após a próxima eleição autárquica. Isto significa que vai processar-se uma eleição sem se saber onde é a sede da freguesia, o que é um fator muito relevante.

Queria ainda chamar a atenção para o facto de, no anexo, haver dois tipos de indicação de sede: há concelhos onde a indicação é por rua e número, o que me parece, aliás, o mais adequado; e há concelhos onde se diz só qual é a localidade.

Gostaria de saber qual é o critério que se vai aplicar uniformemente nesta lei e qual é a base legal para poder haver sedes rotativas, como acontece nos concelhos da Peso da Régua e de Vila Nova de Gaia.

A Sr.ª Presidente: — Como não há mais pedidos de palavra relativamente a este artigo, vamos passar ao artigo 6.º, relativamente ao qual também não há pedidos de palavra.

Quanto ao artigo 7.º, a Mesa regista a inscrição, para uma intervenção, do Sr. Deputado Bernardino Soares, a quem dou a palavra.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.ª Presidente, o artigo 7.º tem a ver com as comissões instaladoras que estão previstas só para freguesias criadas por alteração dos limites territoriais.

Pergunto: as freguesias por agregação não vão precisar de comissão instaladora? Quem é que vai fazer o inventário dos bens, dos direitos, do pessoal, a preparação do ato eleitoral, que, aliás, também não está prevista para as freguesias por alteração dos limites territoriais? Os membros da comissão instaladora, tal como aqui estão previstos, não têm número definido, ao contrário do que sempre aconteceu em criações de freguesias a de municípios, nesta Assembleia.

Diz-se, na alínea b) do n.º 3, que podem ser indicados membros dos órgãos da nova freguesia. Mas se a nova freguesia ainda não está criada, como é que se indicam membros dos órgãos das novas freguesias?

Sr.ª Presidente, gostaria de saber quem é que vai preparar as eleições autárquicas nestas freguesias.

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar ao artigo 6.º relativamente ao qual a Mesa regista a inscrição, para uma intervenção, do Sr. Deputado Bernardino Soares, a quem dou a palavra.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.ª Presidente, no artigo 8.º passamos a ter vários regimes financeiros para as freguesias.

Por exemplo, os municípios que, por azar, só têm quatro freguesias não puderam candidatar-se ao bônus de 15%; já temos um regime próprio para Lisboa; agora, passamos a ter um regime para os municípios que agregaram freguesias por vontade própria e, ainda, um regime para as freguesias que não se agregaram por vontade própria.

É o caos no regime financeiro!

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, presumo que o artigo 9.º, pela sua natureza, que tem por epígrafe «Entrada em vigor e produção de efeitos», não requererá intervenção das bancadas...

Pausa.

Parece que a Sr.ª Deputada Helena Pinto deseja usar de palavra para uma intervenção. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Helena Pinto (BE): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Chegámos ao último artigo do projeto de lei apresentado pela maioria do PSD/CDS.

Como é fácil verificar, para além de todo este processo ter sido contra as populações e contra os autarcas, esta lei está, ela própria, cheia de incongruências e com muitas debilidades.

Gostaria aqui de registar o silêncio das bancadas do PSD e do CDS na discussão na especialidade, em Plenário, do projeto de lei que tanto defenderam lá fora, nomeadamente no que respeite a acabar com um número significativo de freguesias.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MP 39
João
Ferreira

38

I SÉRIE — NÚMERO 34

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos a tratar do poder local, estamos a tratar da extinção de centenas e centenas de freguesias. A população e os autarcas mereciam, no mínimo, um pouco mais de respeito!

Aplausos do BE.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira para uma intervenção.

O Sr. José Luís Ferreira (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos prestes a assistir a um espetáculo triste para o poder local. Estamos prestes a assistir ao PSD e ao CDS a extinguir 1200 freguesias no nosso País...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Vou repetir: estamos prestes a assistir ao PSD e ao CDS a extinguir 1200 freguesias no nosso País!

Vozes do PCP: — Uma vergonha!

O Sr. José Luís Ferreira (Os Verdes): — O PSD e o CDS prepararam-se, assim, para tomar uma decisão que vai empobrecer substancialmente a nossa democracia, que vai dificultar a vida das pessoas, que vai agravar a qualidade de vida das populações e que vai fragilizar a qualidade dos serviços públicos prestados aos contribuintes.

Em suma: PSD e CDS-PP prepararam-se para dar o maior golpe de que há memória no poder local democrático!

Percebemos bem as resistências do PSD e do CDS-PP para que a votação não fosse muito demorada, compreendemos os motivos que levaram o PSD e o CDS a pretenderem extinguir 1200 freguesias num simples gesto, nuns breves segundos...! Mas, Srs. Deputados, o que está em causa aqui, hoje, é demasiado sério para que a votação fosse tão abreviada como pretendiam.

Mas há duas variáveis neste processo que ainda hoje Os Verdes não conseguem compreender. A primeira tem que ver com a convicção com que o PSD e o CDS encaram esta proposta quando dizem, como disseram, que a proposta é muito boa mas que a culpa é do Partido Socialista, que a pôs no Memorando. A segunda variável prende-se com o facto de o PSD e o CDS dizerem agora que a extinção de freguesias nada tem a ver com a redução do défice e que não foram motivos de ordem económica que ditaram a extinção de freguesias.

Então, se é assim, se a extinção de freguesias nada tem a ver com a redução do défice, porque é que consta do Memorando da tróica?! Será que os senhores de tróica também estão preocupados com a nossa democracia?! Será que também querem mandar na nossa democracia?! É que, se assim é, ainda é mais preocupante, Srs. Deputados.

Por fim, gostaria de saudar todos os autarcas do País, inclusivamente os do PSD e do CDS, a quem espero que o tempo dê coragem para enfrentarem a campanha eleitoral que têm pela frente. Saudos, pois, todos os autarcas pelo facto de o PSD e o CDS decretarem hoje um dia de luto no poder local democrático.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa refletia neste momento sobre a necessidade ou não de procedermos a uma recontagem do quórum, uma vez que houve um intervalo. Mas creio que resulta á evidência que há quórum na Sala.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.^a Presidente, peço a palavra.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 40
João
Figueira

22 DE DEZEMBRO DE 2012

30

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.ª Presidente, na minha bancada verifica-se a ausência de um Deputado, que está a ser submetido, neste momento, a uma intervenção cirúrgica. Há pouco esteve presente, mas agora não está, pelo que, havendo uma alteração, sugiro que se faça uma recontagem do quórum.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, a ausência de um único Deputado não destrói a evidência que resulta do facto de, ao olhar-se para a Sala, perceber-se que há quórum. A Sala está cheia. O quórum é uma questão importante, por isso é bom que todas as bancadas reconheçam a existência de quórum na Sala. Têm de ser todos a reconhecer, porque a evidência é reconhecível por todos.

Srs. Deputados, vamos, pois, iniciar a votação, na especialidade, do projeto de lei n.º 320/XII (2.º) — Reorganização administrativa do território das freguesias (PSD e CDS-PP), uma vez consumada esta fase prévia de discussão.

Começamos por votar o artigo 1.º, cuja epígrafe é «Objeto».

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Vamos votar o n.º 1 do artigo 2.º, com a epígrafe «Freguesias».

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.ª Presidente, peço a palavra.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.ª Presidente, há uma proposta para ser votada, relativa a este artigo, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, que penso ser de substituição e não de alteração, como consta do guião.

Sugeria, pois, que considerássemos todas as propostas, em relação ao articulado, de substituição. Isso dispensa a votação que vem imediatamente a seguir no guião em relação a todas elas.

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar a proposta, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, de substituição do n.º 2 do artigo 2.º, ficando prejudicada a votação subsequente que consta do guião.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Vamos proceder à votação do artigo 4.º, com a epígrafe «Cessações jurídicas e identidade».

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Srs. Deputados, vamos, agora, votar o artigo 5.º, com a epígrafe «Sedes das freguesias».

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Passamos à votação dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 6.º, com a epígrafe «Transmissão global de direitos e deveres».

Submetidos à votação, foram aprovados, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Srs. Deputados, antes de passarmos à próxima votação, queria informar a Câmara que a reunião que se realizou com os Srs. Vice-Presidentes tomou por razoável que os Srs. Deputados deem orientação de voto por braço no ar, se assim o entenderem, porque é à Câmara que corresponde a soberania, para não terem de se levantar e sentar permanentemente.

Portanto, se concordarem votar por braço no ar poderão fazê-lo visto que vamos ter uma votação muito extensa.

Vamos agora votar a proposta de substituição, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, do n.º 4 do artigo 6.º.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Passamos à votação da proposta de aditamento, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, de um novo n.º 4 ao artigo 6.º.

Em caso de aprovação, o n.º 4 será renumerado como n.º 5.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.º Presidente, peça a palavra.

A Sr.º Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.º Presidente, penso que este n.º 5 não é uma mera renumeração, é mesmo uma substituição, porque o que se dizia era que a alteração feita por esta lei implicava a alteração do «assento de nascimento» dos cidadãos e agora diz «no registo civil», o que é uma coisa um bocadinho diferente, apesar de tudo.

Portanto, penso que temos de votar também o n.º 4 renumerado como 5.

A Sr.º Presidente: — Srs. Deputados, sendo assim, é mais seguro votarmos também esse n.º 4 renumerado como n.º 5.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Srs. Deputados, vamos passar à votação do artigo 7.º, com a epígrafe «Comissão Instaladora da freguesia criada por alteração dos limites territoriais».

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Srs. Deputados, vamos votar o artigo 8.º, com a epígrafe «Recursos financeiros».

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Vamos proceder à votação dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 9.º, com a epígrafe «Entrada em vigor e produção de efeitos».

Submetidos à votação, foram aprovados, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MG 42
[Handwritten signature]

22 DE DEZEMBRO DE 2012

41

Passamos à votação da proposta, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, de substituição do n.º 4 do artigo 9.º.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Srs. Deputados, o n.º 4 do artigo 9.º, assim modificado, está já consumido pela votação anterior.
Srs. Deputados, vamos votar a proposta, apresentada pelo BE, de eliminação do artigo 3.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Srs. Deputados, vamos passar à votação do artigo 3.º, com a epígrafe «Criação e limites territoriais», nos seus diferentes segmentos.

Penso que isto dá o esclarecimento do objeto das votações.

Srs. Deputados, o método por que vamos proceder à votação deste artigo segue a organização segundo concelhos, sendo que serão identificadas, em cada concelho, todas as freguesias abrangidas pela decisão normativa constantes dos anexos I e II a que se refere o artigo 3.º. Os concelhos estão organizados por ordem alfabética, informação de que os Srs. Deputados dispõem, mas que o público desconhece.

Começamos, naturalmente, pelo primeiro município, que é o de Abrantes. Relativamente a este município, importa votar, em conjunto, as propostas, apresentadas pelo PCP, de eliminação das seguintes freguesias, criadas por agregação: União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede; União das freguesias de Aldaie do Mato e Souto; União das freguesias de Alvega e Concavada; União das freguesias de São Facundo e Vale de Mós; e União das freguesias da São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Passamos ao município de Águeda, relativamente ao qual vamos votar as propostas, do PCP, de eliminação das seguintes freguesias, criadas por agregação: União das freguesias de Águeda e Borralha; União das freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; União das freguesias de Belazalme do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão; União das freguesias de Barrô e Águeda de Baixo; União das freguesias de Travassô e Ôis da Ribeira; União das freguesias de Recardães e Espinhel; e União das freguesias de Préstimo e Maçaira de Alcoba.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Passemos ao município de Aguilar da Beira. Vamos votar as propostas, apresentadas pelo PCP, de eliminação das seguintes freguesias, criadas por agregação: União das freguesias de Aguilar da Beira e Coruche; União das freguesias de Sequelros e Gradiz; e União das freguesias de Souto de Aguilar da Beira e Velverde.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Seguimos para o município de Alandroal. Vamos votar a proposta do PCP de eliminação da freguesia União das freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto), criada por agregação.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MG 43
Jorge Fão

44

I BÉRIE — NÚMERO 34

Passamos ao município de Alfândega da Fé. Vamos votar as propostas, apresentadas pelo PCP, de eliminação das seguintes freguesias, criadas por agregação: União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pareiro; União das freguesias de Eucísia, Gouvela e Valverde; União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra; União das freguesias de Gabelim e Soelma; União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira; União das freguesias de Pombal e Vales.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do Deputado do PS Jorge Fão.

Passamos ao município de Alijó.

Vamos votar as propostas, do PCP, de eliminação das freguesias União das freguesias de Castedo e Cotas, União das freguesias de Carlão e Amleiro, União das freguesias de Pópuo e Ribalonga e União das freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Lolyos e Vilarinho de Cotas, criadas por agregação.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Segue-se o município de Aljustrel.

Vamos votar a proposta do PCP de eliminação da freguesia União das freguesias de Aljustrel e Rio de Molinhos, criada por agregação.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Passamos ao município de Almada.

Vamos proceder à votação das propostas, do PCP, de eliminação das seguintes freguesias, criadas por agregação: União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; União das freguesias de Caparica e Trafaria; União das freguesias de Chameca de Caparica e Sobrede; e União das freguesias de Laranjeiro e Feljó.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Segue-se o município de Almeida.

Vamos votar as propostas, apresentadas pelo PCP, de eliminação das seguintes freguesias, criadas por agregação: União das freguesias de Malpartida e Vale de Coelha; União das freguesias de Azinhal, Peva e Vale Verde; União das freguesias de Junça e Naves; União das freguesias de Leomil, Mido, Sanouras e Aldeia Nova; União das freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira; União das freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitele; União das freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Passamos ao município de Almodôvar.

Vamos votar as propostas, apresentadas pelo PCP, de eliminação das freguesias União de freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões e União das freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Alras, criadas por agregação.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Segue-se o município de Alvaiázere.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



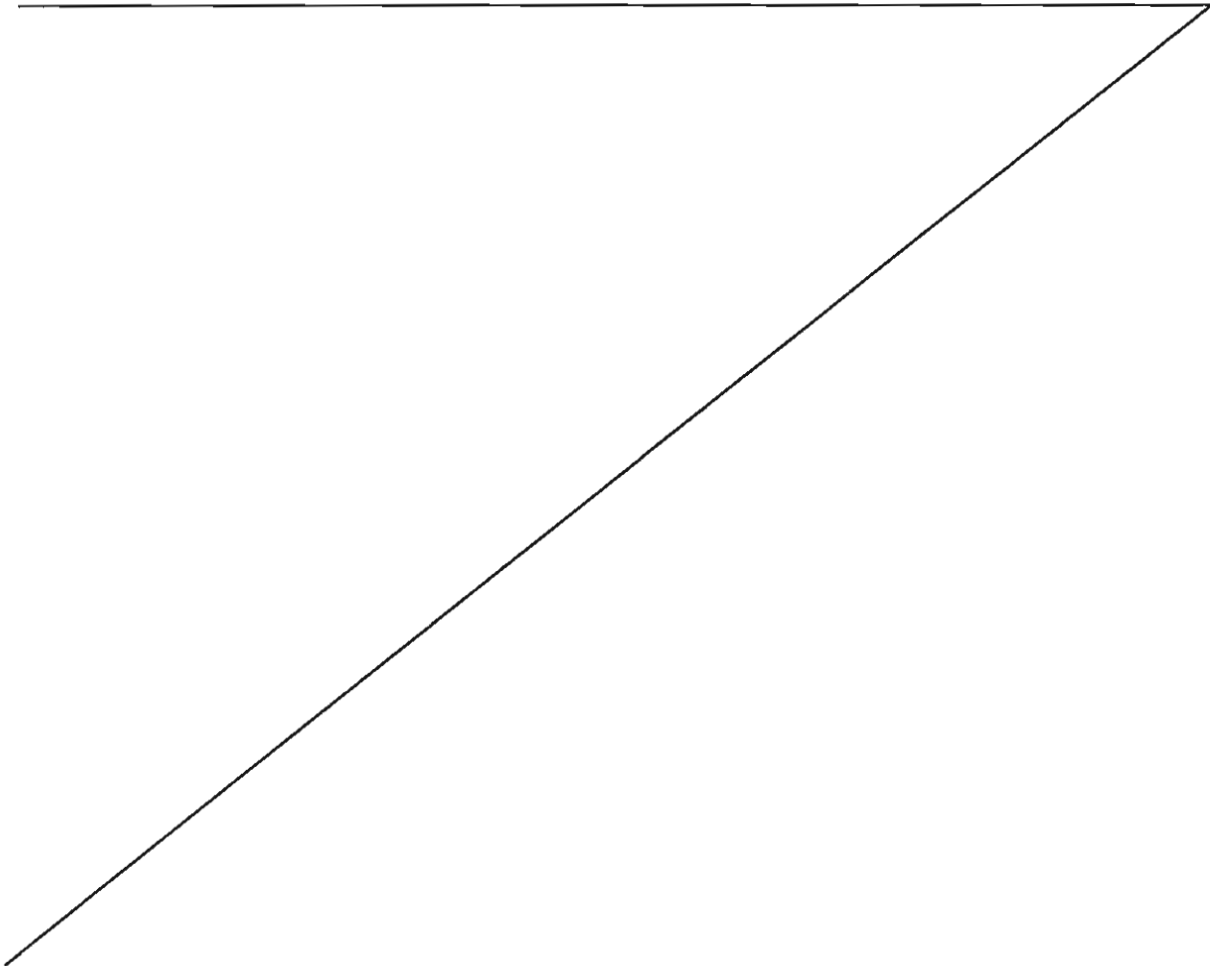
ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrente Património Natural

MCP 44
João
Paço

Mas como a história não se resume apenas a factos mas também a pessoas solicita também ao Sr. Presidente a digitalização e inclusão na ata da folha de presenças no plenário da Assembleia da República no dia em que foram votadas estas propostas. Para que os cidadãos do concelho de Alijó fiquem a conhecer o nome dos deputados que votaram favoravelmente esta lei. Se os principais autores desta lei foram o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, e o Ministro dos Assuntos Parlamentares Miguel Relvas, também os Srs. deputados do PSD e do CDS que votaram favoravelmente esta lei têm a sua responsabilidade neste processo. -----

No que diz respeito aos cinco deputados do círculo eleitoral de Vila Real, houve três Srs. deputados eleitos pelo PSD que votaram favoravelmente esta lei e que cita: Luis Ramos, Maria Manuela Tender e Luis Pedro Pimentel. -----



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

M4 46
[Handwritten signature]

Reunião Plenária Ordinária de 2012-12-21.

Deputado	Grupo Parlamentar	Presença/Falta	Motivo
Abel Baptista	CDS-PP	Presença (P)	
Acácio Pinto	PS	Presença (P)	
Adão Silva	PSD	Presença (P)	
Adolfo Mesquita Nunes	CDS-PP	Presença (P)	
Adriano Rafael Moreira	PSD	Presença (P)	
Afonso Oliveira	PSD	Presença (P)	
Agostinho Lopes	PCP	Presença (P)	
Alberto Costa	PS	Presença (P)	
Alberto Martins	PS	Presença (P)	
Altino Bessa	CDS-PP	Presença (P)	
Amadeu Soares Albergaria	PSD	Presença (P)	
Ana Catarina Mendonça Mendes	PS	Presença (P)	
Ana Drago	BE	Presença (P)	
Ana Oliveira	PSD	Presença (P)	
Ana Paula Vitorino	PS	Ausência em Missão Parlamentar (AMP)	
Ana Sofia Bettencourt	PSD	Presença (P)	
Andreia Neto	PSD	Presença (P)	

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 46
Paulo
Ferreira

Ângela Guerra	PSD	Presença (P)
António Braga	PS	Presença (P)
António Filipe	PCP	Presença (P)
António José Seguro	PS	Presença (P)
António Leitão Amaro	PSD	Presença (P)
António Prôa	PSD	Presença (P)
António Rodrigues	PSD	Presença (P)
António Serrano	PS	Presença (P)
Arménio Santos	PSD	Presença (P)
Artur Rêgo	CDS-PP	Presença (P)
Assunção Esteves	PSD	Presença (P)
Basilio Horta	PS	Presença (P)
Bernardino Soares	PCP	Presença (P)
Bruno Coimbra	PSD	Presença (P)
Bruno Dias	PCP	Presença (P)
Bruno Vitorino	PSD	Presença (P)
Carina Oliveira	PSD	Presença (P)
Carla Rodrigues	PSD	Presença (P)
Carlos Abreu Amorim	PSD	Presença (P)
Carlos Alberto Gonçalves	PSD	Presença (P)

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ML 47
Faint handwritten signature and initials in blue ink.

Carlos Costa Neves	PSD	Presença (P)
Carlos Enes	PS	Presença (P)
Carlos Páscoa Gonçalves	PSD	Presença (P)
Carlos Pelxoto	PSD	Presença (P)
Carlos Santos Silva	PSD	Presença (P)
Carlos São Martinho	PSD	Presença (P)
Carlos Zorrinho	PS	Presença (P)
Catarina Martins	BE	Presença (P)
Cedília Honório	BE	Presença (P)
Clara Marques Mendes	PSD	Presença (P)
Cláudia Montelro de Aguiar	PSD	Presença (P)
Conceição Bessa Ruão	PSD	Presença (P)
Correla de Jesus	PSD	Presença (P)
Couto dos Santos	PSD	Presença (P)
Cristóvão Crespo	PSD	Presença (P)
Cristóvão Norte	PSD	Presença (P)
Cristóvão Simão Ribeiro	PSD	Presença (P)
Duarte Cordeiro	PS	Presença (P)
Duarte Marques	PSD	Presença (P)
Duarte Pacheco	PSD	Presença (P)

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 48
[Handwritten signature]

Eduardo Coimbra	PS	Ausência em Missão Parlamentar (AMP)	
Eduardo Teixeira	PSD	Presença (P)	
Elsa Cordeiro	PSD	Presença (P)	
Eiza Pais	PS	Presença (P)	
Emídio Guerreiro	PSD	Presença (P)	
Emília Santos	PSD	Presença (P)	
Eurídice Pereira	PS	Falta Justificada (FJ)	Doença
Fernando Jesus	PS	Presença (P)	
Fernando Marques	PSD	Presença (P)	
Fernando Medina	PS	Presença (P)	
Fernando Negrão	PSD	Presença (P)	
Fernando Serrasquelro	PS	Presença (P)	
Fernando Virgílio Macedo	PSD	Presença (P)	
Ferro Rodrigues	PS	Presença (P)	
Filipe Neto Brandão	PS	Presença (P)	
Francisca Almeida	PSD	Presença (P)	
Francisco de Assis	PS	Presença (P)	
Francisco Lopes	PCP	Presença (P)	
Glória Araújo	PS	Presença (P)	
Graça Mota	PSD	Presença (P)	

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 49
Falt
Jaques

Guilherme Silva	PSD	Presença (P)
Helder Amaral	CDS-PP	Presença (P)
Hélder Sousa Silva	PSD	Presença (P)
Helena Pinto	BE	Presença (P)
Helölsa Apolónia	PEV	Presença (P)
Honório Novo	PCP	Presença (P)
Hortense Martins	PS	Presença (P)
Hugo Lopes Soares	PSD	Presença (P)
Hugo Velosa	PSD	Presença (P)
Idália Salvador Serrão	PS	Presença (P)
Inês de Medeiros	PS	Presença (P)
Inês Drummond	PS	Presença (P)
Inês Teotónio Perelra	CDS-PP	Presença (P)
Isabel Alves Moreira	PS	Presença (P)
Isabel Galriça Neto	CDS-PP	Presença (P)
Isabel Oneto	PS	Presença (P)
Isabel Santos	PS	Presença (P)
Isilda Aguilncha	PSD	Presença (P)
Jacinto Serrão	PS	Presença (P)
Jerónimo de Sousa	PCP	Presença (P)

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

mes 50
Paulo
Henrique

Joana Barata Lopes	PSD	Presença (P)
João Figueiredo	PSD	Presença (P)
João Galamba	PS	Presença (P)
João Gonçalves Pereira	CDS-PP	Presença (P)
João Lobo	PSD	Presença (P)
João Oliveira	PCP	Presença (P)
João Paulo Pedrosa	PS	Presença (P)
João Paulo Viegas	CDS-PP	Presença (P)
João Pinho de Almeida	CDS-PP	Presença (P)
João Portugal	PS	Presença (P)
João Prata	PSD	Presença (P)
João Ramos	PCP	Presença (P)
João Rebelo	CDS-PP	Presença (P)
João Semedo	BE	Presença (P)
João Serpa Oliva	CDS-PP	Presença (P)
João Soares	PS	Presença (P)
Joaquim Ponte	PSD	Presença (P)
Jorge Fão	PS	Presença (P)
Jorge Lação	PS	Presença (P)
Jorge Machado	PCP	Presença (P)

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 51
Fernando
Haggo

Jorge Paulo Oliveira	PSD	Presença (P)
José Alberto Lourenço	PCP	Presença (P)
José de Matos Correia	PSD	Presença (P)
José de Matos Rosa	PSD	Presença (P)
José Junqueiro	PS	Presença (P)
José Lello	PS	Presença (P)
José Lino Ramos	CDS-PP	Presença (P)
José Luís Ferrelra	PEV	Presença (P)
José Manuel Canavarro	PSD	Presença (P)
José Ribelro e Castro	CDS-PP	Presença (P)
Laura Esperança	PSD	Presença (P)
Laurentino Dias	PS	Presença (P)
Lídia Bulcão	PSD	Presença (P)
Luís Campos Ferrelra	PSD	Presença (P)
Luís Fazenda	BE	Presença (P)
Luís Leite Ramos	PSD	Presença (P)
Luís Menezes	PSD	Presença (P)
Luís Montenegro	PSD	Presença (P)
Luís Pedro Pimentel	PSD	Presença (P)
Luís Pita Ameixa	PS	Presença (P)

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 52
Gonç
Ferreira

Luís Vales	PSD	Presença (P)	
Luísa Salgueiro	PS	Presença (P)	
Manuel Isaac	CDS-PP	Presença (P)	
Manuel Pizarro	PS	Presença (P)	
Manuel Seabra	PS	Presença (P)	
Margarida Almeida	PSD	Presença (P)	
Margarida Neto	CDS-PP	Presença (P)	
Maria Antónia de Almeida Santos	PS	Presença (P)	
Maria Conceição Pereira	PSD	Presença (P)	
Maria da Conceição Caldeira	PSD	Falta Justificada (FJ)	Doença
Maria das Mercês Borges	PSD	Presença (P)	
Maria de Belém Roseira	PS	Presença (P)	
Maria Ester Vargas	PSD	Presença (P)	
Maria Gabriela Canavilhas	PS	Presença (P)	
Maria Helena André	PS	Presença (P)	
Maria João Ávila	PSD	Presença (P)	
Maria José Castelo Branco	PSD	Presença (P)	
Maria José Moreno	PSD	Presença (P)	
Maria Manuela Tender	PSD	Presença (P)	
Maria Paula Cardoso	PSD	Presença (P)	

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 53
Paul
Ferreira

Marilana Aíveca	BE	Presença (P)
Mário Magalhães	PSD	Presença (P)
Mário Ruivo	PS	Presença (P)
Mário Simões	PSD	Presença (P)
Maurício Marques	PSD	Presença (P)
Mendes Bota	PSD	Presença (P)
Michael Seufert	CDS-PP	Presença (P)
Miguel Coelho	PS	Presença (P)
Miguel Frásquilho	PSD	Presença (P)
Miguel Freitas	PS	Presença (P)
Miguel Laranjeiro	PS	Presença (P)
Miguel Santos	PSD	Presença (P)
Miguel Tiago	PCP	Presença (P)
Miranda Calha	PS	Presença (P)
Mónica Ferro	PSD	Presença (P)
Mota Amaral	PSD	Presença (P)
Mota Andrade	PS	Presença (P)
Nilza de Sena	PSD	Presença (P)
Nuno André Figueiredo	PS	Presença (P)
Nuno Encarnação	PSD	Presença (P)

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

JMG 54
Ferreira
Hugo

Nuno Filipe Matias	PSD	Presença (P)
Nuno Magalhães	CDS-PP	Presença (P)
Nuno Reis	PSD	Presença (P)
Nuno Sá	PS	Presença (P)
Nuno Serra	PSD	Presença (P)
Odete João	PS	Presença (P)
Odete Silva	PSD	Presença (P)
Paulo Batista Santos	PSD	Presença (P)
Paulo Cavaleiro	PSD	Presença (P)
Paulo Mota Pinto	PSD	Presença (P)
Paulo Pisco	PS	Presença (P)
Paulo Ribeiro de Campos	PS	Presença (P)
Paulo Rios de Oliveira	PSD	Presença (P)
Paulo Sá	PCP	Presença (P)
Paulo Simões Ribeiro	PSD	Presença (P)
Pedro Alves	PSD	Presença (P)
Pedro Delgado Alves	PS	Presença (P)
Pedro do ó Ramos	PSD	Presença (P)
Pedro Farmhouse	PS	Presença (P)
Pedro Filipe Soares	BE	Presença (P)

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

Handwritten signature and number 55.

Pedro Jesus Marques	PS	Presença (P)	
Pedro Lynce	PSD	Presença (P)	
Pedro Nuno Santos	PS	Presença (P)	
Pedro Pimpão	PSD	Presença (P)	
Pedro Pinto	PSD	Presença (P)	
Pedro Roque	PSD	Presença (P)	
Pedro Silva Pereira	PS	Presença (P)	
Ramos Preto	PS	Presença (P)	
Raúl de Almeida	CDS-PP	Presença (P)	
Renato Sampalo	PS	Presença (P)	
Ricardo Baptista Leite	PSD	Presença (P)	
Ricardo Rodrigues	PS	Presença (P)	
Rita Rato	PCP	Presença (P)	
Rosa Arezes	PSD	Presença (P)	
Rosa Maria Bastos Albernaz	PS	Presença (P)	
Rui Barreto	CDS-PP	Presença (P)	
Rui Jorge Santos	PS	Presença (P)	
Rui Paulo Figueiredo	PS	Presença (P)	
Rui Pedro Duarte	PS	Falta Justificada (FJ)	Força Maior

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 56
Ferreira
Ferreira

Sérgio Azevedo	PSD	Presença (P)	
Sérgio Sousa Pinto	PS	Presença (P)	
Sónia Fertuzinhos	PS	Presença (P)	
Telmo Correia	CDS-PP	Presença (P)	
Teresa Anjinho	CDS-PP	Presença (P)	
Teresa Caeiro	CDS-PP	Presença (P)	
Teresa Costa Santos	PSD	Presença (P)	
Teresa Leal Coelho	PSD	Presença (P)	
Ulisses Pereira	PSD	Presença (P)	
Valter Ribeiro	PSD	Presença (P)	
Vasco Cunha	PSD	Falta Justificada (FJ)	Trabalho Político
Vera Rodrigues	CDS-PP	Presença (P)	
Vieira da Silva	PS	Presença (P)	
Vitalino Canas	PS	Presença (P)	

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MCP
57
Ferreira

Disse ainda que também o Sr. Presidente da República, Dr. Aníbal Cavaco Silva, tem a sua parte de culpa na agregação de freguesias, ao promulgar a Lei da reorganização administrativa. Falando no Sr. Presidente da República, veio-lhe à memória a visita que o Dr. Aníbal Cavaco Silva efetuou ao nosso concelho em 17 de Março de 2012. Nesse dia o Sr. Presidente da Câmara informou o Sr. Presidente da República de alguns problemas do nosso concelho, principalmente na sua vertente económica, e também que os cortes cegos do atual governo afetam gravemente o nosso concelho. O Sr. Presidente da Câmara entregou também ao Sr. Presidente da República um caderno de reivindicações e propostas para o desenvolvimento da nossa região e particularmente do nosso concelho. Assim sendo, pergunta se passado quase um ano sobre essa visita, o Sr. Presidente já obteve por parte da Presidência da República qualquer resposta a essas solicitações. -----

Acrescentou que tem também uma questão acerca da conclusão das obras do túnel do marão, gostava de saber se o Sr. Presidente tem alguma informação acerca da conclusão das mesmas, pois encontram-se paradas há cerca de 2 anos. A obra está em fase de construção bastante avançada, e não se percebe muito bem porque é que as mesmas foram suspensas, advindo daí um grave prejuízo em mobilidade para os habitantes do nosso distrito, principalmente em dias como o de ontem, em que as condições climatéricas foram muito adversas levando mesmo muitas pessoas a suspender viagens ao Porto para a realização de consultas e tratamentos na área da saúde. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que é com satisfação que felicitamos os Bombeiros e população de Favaios, na pessoa do seu presidente, Sr. Prof. Joaquim Barros, pela inauguração da sua nova casa, um quartel novo, com bons acessos, acolhedor e funcional. Acrescenta que queria agradecer a agradável situação daquela gente de Favaios. Ver como agradeceram a quem os ajudou a realizar aquele sonho, com mais de vinte anos. Agradeceram também à instituição Câmara, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, mas foram mais longe, tendo também agraciado os serviços prestados por um funcionário desta Câmara, o Eng.º Nuno Madeiras, o que revela bem o interesse e o agradecimento da gente de Favaios. Por isto estão de parabéns, são instituições deste género que engrandecem o concelho, são os serviços que estas instituições prestam que dignificam os seus cidadãos. Reafirma que estão de parabéns e isso justifica plenamente a sua lembrança dos favaienses. Continuando a falar de bombeiros e de instituições que prestam um grande serviço à sociedade, daí merecerem o carinho das populações,

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ML 58
Ferreira
Ferreira

fala dos Bombeiros de Alijó que estão também com um processo de renovação e ampliação do seu quartel, para o adaptarem às novas exigências de funcionalidade e capacidade de dar resposta às necessidades de uma vida moderna e cada vez mais exigente. Dá os parabéns pela iniciativa e tem a certeza, que logo que possível, todos os Membros também receberão um convite, à semelhança do que aconteceu em Favaios, para a inauguração da nova casa dos Bombeiros de Alijó. Sabe, até pelo carisma das pessoas que os representa, que isso se tornará realidade e que será, à semelhança de Favaios, também uma grande festa para o concelho. -----

Disse ao Sr. Presidente da Câmara que sabe, até porque está plasmado no ponto um do PAEL, da explicação económica da vida autárquica, que o nosso PAEL já foi aprovado, tem também conhecimento, pela exposição do Sr. Presidente no seu ponto um, parágrafos 5 e 6, que irão ser contemplados com essa medida, e tem ainda conhecimento que o documento ainda tem que passar pelo Tribunal de Contas, pelo Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e mais instituições, contudo acha pertinente que o Sr. Presidente possa acrescentar mais alguma coisa à sua informação, até porque as freguesias, as associações e as instituições precisam de alguma ajuda para poderem manter a vida cívica e prestar o serviço que lhes é exigido pelas populações. Sabe que o Sr. Presidente tem feito um esforço grande no sentido de darem um passo em frente, ou seja de munirem as instituições e as Juntas de Freguesia daquela vertente económica que é precisa para prestar os serviços os quais estão responsabilizados em os prestar. Assim julga necessário que o Sr. Presidente possa dar uma informação temporal, sobre quanto prevê esperar, se 15 dias, se um mês, até que o dinheiro chegue aos cofres da Autarquia e possam então dinamizar o concelho, tal como têm feito, e que tão necessário é. -----

Parabeniza o Membro Cláudio Vilela por falar no túnel do Marão, o próprio também tinha preparado qualquer coisa sobre esse assunto. Disse que o colega tem toda a razão, mas não podia deixar de dizer que este Governo, coligação PSD-CDS, numa obra preponderante para o desenvolvimento da região de Trás-os-Montes, com uma autoestrada, praticamente pronta, mantém uma rolha nesta infraestruturas é de lamentar, pois isso é que é prejudicial e nocivo à economia local e até nacional. Pois se em Trás-os-Montes existissem autoestradas paralelas e que esta fosse apenas mais uma, mas não é isso que acontece. Esta A4 é a artéria principal da região de Trás-os-Montes, e o mais grave é que este Governo de “tesoura na mão” corta aqui e ali e não

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.20



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

M 4 59
Santos
Pereira

injeta na economia local, nomeadamente em Trás-os-Montes, sabendo quem governa das dificuldades da região. Para não falar da Casa do Douro, da Agricultura e de tantos outros problemas. Acrescenta que é de lamentar que estejamos a ser governados por gente dessa estirpe, que se esquecem de nós, talvez não o façam por maldade, mas quem cá está tem que viver como calhar, e isso não é bom. Disse ainda que não vai começar a canta a “Grândola Vila Morena”, mas não é que lhe não apeteça fazê-lo. -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Disse que, por duas ou três vezes o Sr. Presidente da Câmara informou a Assembleia, de que a estrada entre Safres e Franzilhal iria ser beneficiada como uma das contrapartidas pagas pela EDP, todavia esta estrada, entre o Amieiro e o Franzilhal, está em péssimo estado, sem valetas, com silvas que atravessam a estrada, com muitos buracos e nalguns pontos com pedras, pela ação dos javalis. Afirma que esta situação necessita ser alterada sem esperar pelas contrapartidas da EDP. Deixa um pedido, em nome da população do Amieiro e Franzilhal, para que, se fosse possível, a Câmara procedesse ao corte das silvas, removesse as pedras e tapasse os buracos, pois é da máxima urgência para as populações, mais para as do Amieiro e Franzilhal. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO LOUSA:** Para as pessoas que não o conhecem, apresenta-se, dizendo que se chama António Lousa, é de Pegarinhos, reside na Chã e, como a maior parte dos habitantes do concelho, é agricultor. Disse que gostaria de pedir alguns esclarecimentos, nomeadamente se as contrapartidas da Mota Engil foram todas cumpridas, porque dizia-se que iriam haver alguns alcatroamentos nalgumas vias, e pergunta se isso é verdade ou mentira. Foi apresentada nesta Assembleia que a ZIF iria ser um grande desenvolvimento da zona norte do concelho, gostaria de saber em que ponto está a intervenção da ZIF, se foi implantada toda a orgânica no terreno ou se parou por algum motivo. Por fim, correu um abaixo-assinado na Chã por causa da luz no polivalente e dos balneários, pelo que gostaria de saber em que situação estão esses dois pontos. Gostava ainda de ser esclarecido sobre a reorganização do território, porque esteve a consultar os seus papéis, e o Sr. Presidente de Câmara dizia que futuramente e já para o próximo mandato, o objetivo em termos de PDM seria possibilitar a junção de Alijó, Favaios e Sanfins, para fazer deste território uma só cidade, que teriam que ganhar dimensão urbana e

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 60
F. M.
F. M.

escala, e isso só seria possível com a revisão do PDM. Questiona se essas premissas se mantêm na revisão do PDM ou se deixou de ser pertinente esta questão. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Antes de mais agradece e louva a atitude do Membro Cláudio Vilela, na qual se revê inteiramente nas posições que referiu. Disse que ainda há dias tiveram uma reunião com as Juntas a agregar, pela Lei que foi aprovada pelo PSD e CDS na Assembleia da República, que repudiam completamente, e agradece à Câmara pela disponibilidade, no aspeto judiciário, para interpor uma providência cautelar no Tribunal Administrativo. Informa o Sr. Presidente da Câmara que convocaram uma Assembleia de Freguesia do Amieiro para o próximo dia 8, onde esse assunto irá ser tratado. O que for decidido pela Assembleia de Freguesia do Amieiro será assunto para interpor nessa providência cautelar e providência cível. -----

Questiona o Sr. Vice Presidente da Câmara, porque teve conhecimento por pessoas do Amieiro que se deslocou a essa freguesia para visitar o já propalado penedo, não tendo a Junta sido informada dessa visita, o que sinceramente lamenta, pois passaram à sua porta e podiam tê-lo chamado para os acompanhar, qual o significado dessa visita? Se é mais um ponto para empatar, para chegar ao fim do período sem que nenhuma solução fosse apresentada. Essa solução encontra-se no seu poder, que é da UTAD, que diz “ no dia 23 de novembro de 2011 deslocaram-se ao Amieiro, concelho de Alijó as entidades referidas em epígrafe tendo examinado o afloramento granítico voltado a oeste, sobranceiros às habitações implantadas em redor do afloramento aí existente, depois da visita atenta ao talude referido por V. Ex.^a cabe dizer o seguinte: o talude apresenta blocos em posição suscetível de criar preocupações, já que se encontram individualizados e sobranceiros a moradias em posição muito desfavorável. 2- Propõe-se por isso a cominuição dos blocos em causa, começando pelos colocados em posição mais recuada pelo método de canteiros até dimensões dos fragmentos que permitam a sua fácil manipulação e imobilização. 3 – Há na região vários mestres de pedreiras para produção de alvenarias para casas que usam o método proposto, a título de exemplo citamos o Sr. José Portelinha da aldeia Pontido, Telões, Vila Pouca de Aguiar e outros.” Isto é o relatório da visita feita ao local pelos técnicos da UTAD em 23/11/2011. Se esse penedo tivesse caído, devido à erosão a que está sujeito dia após dia, quem seriam os responsáveis? Disse que já está cansado de

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 01
Santos
Ferreira

focar esse problema na Assembleia Municipal e noutros locais, mas fá-lo-á até que a voz lhe doa. Sobre as estradas do Amieiro para S. Mamede de Ribatua e para o Franzilhal, disse que já está farto de repetir esse mesmo pedido, e até louva a ação do Membro Rogério Lima, porque de facto, essas estradas foram feitas graças aos projetos pagos pelo benemérito José Maria Teixeira da Rocha, no tempo do Estado Novo. Por acaso era o seu pai o Presidente da Junta na altura. Acrescenta que acompanhou os engenheiros na altura na sua demarcação entre o Amieiro e o Franzilhal. Tem pena que lhe chamem caminho municipal, porque os projetos foram feitos para estradas compatíveis com o traçado da própria geografia regional e agora estão abandonados completamente. Afirma que caem pedras, não só por causa dos javalis, mas também pelas cheias. Há mais de um ano que repetiu que há uma barranca caída que tapa as valetas, próximo do Amieiro, o próprio asfalto está descoberto por baixo, junto ao Carvalhal, pode haver ali um acidente, um carro que vá pela berma e depois que caia pela ribanceira. Reafirma que já falou destes assuntos há mais de um ano e continua tudo na mesma. O Amieiro foi abandonado por esta Câmara no aspeto rodoviário, os acessos são cada vez piores e ficam cada vez mais isolados. Ficaram sem os caminhos de ferros, não têm transportes públicos, os táxis vêm-se com problemas nos buracos existentes, quer para um lado, quer para o outro. Pede mais uma vez ao Sr. Presidente que, enquanto não seja asfaltado o piso, que sejam tapados os buracos e limpas as bermas e valetas, porque senão ficarão intransitáveis. -----

Disse que ia falar sobre as verbas para as Juntas de Freguesia, mas como o membro António Fernandes já as referiu não se vai alongar. -----

Chama a atenção do Sr. Vice Presidente da Câmara, uma vez que é o responsável pelas montarias que têm acontecido no território do Amieiro e das freguesias vizinhas, e disse que a Junta do Amieiro, quer nas montarias realizadas no seu território quer nos adjacentes, nunca foi convidada para presenciar ou participar nesses eventos. No entanto teve conhecimento que na última montaria que aconteceu no território do Franzilhal foi oferecido um javali para as populações comerem e lamenta que nunca tenha sido feito isso à Junta do Amieiro. As pessoas reparam e queixam-se junto de si. Disse que lamenta isso e afirma que o Amieiro foi abandonado pelos responsáveis das montarias. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and number 62.

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente ao processo de extinção de Freguesias, repete aquela que foi a posição do Executivo Municipal, e a de dois terços das Autarquias deste País, que foi uma clara recusa do mesmo. Essa recusa advém do facto de, quem implantou esse processo no terreno, não respeitou a autonomia do poder local, nomeadamente as posições reiteradas da ANAFRE e da ANMP, dizendo que se queriam fazer este processo respeitando o poder local e cumprindo ao mesmo tempo o memorando da TROIKA, tinham que respeitar na íntegra a vontade expressa pelas Câmaras e respetivas Assembleias Municipais. Porque houve Câmaras, nomeadamente do litoral, que estavam de acordo com este processo e que queriam fazer esta agregação. De facto, no mundo urbano, não há problema nenhum em agregar duas Juntas que estão separadas por uma rua. No mundo rural não é assim, a extinção de uma freguesia representa normalmente o desaparecimento da última voz para defesa dessa mesma população, depois de já terem desaparecido a escola, a extensão de saúde e qualquer outro serviço público. Afirma que a extinção de uma freguesia no interior do País leva ao abandono do Estado, do poder central e daquela população. Assim, dois terços das Autarquias, sendo que no interior falamos de mais de 90% de Autarquias, disseram não. Pergunta o que é que um Estado e poder central normal, que respeitasse a autonomia do poder local, poderia e deveria fazer e não haveria nenhuma polémica neste processo? Respeitar a pronúncia das Assembleias Municipais. Os que se queriam agregar, faziam-no, os que não queriam não o faziam. Mas neste processo o Governo foi mais longe, porque mesmo aqueles que se agregaram, cumprindo os objetivos e os desideratos da Lei, não foram respeitados. Dá o exemplo de Peso da Régua, que fez a agregação não obedecendo rigorosamente aos critérios definidos a régua e esquadro pela Unidade Técnica que, sobre esta matéria definiu o que tinha que ser feito no País, viu a sua proposta de agregação rejeitada. Tal como já disse em Assembleias anteriores, mesmo que quisessem fazer uma agregação de Freguesias que fosse diferente daquela que lhes foi proposta, também não era aceite, como aconteceu no Peso da Régua. Acrescenta para que fique claro, de uma vez por todas, que este processo foi imposto de cima para baixo, de forma autoritária e autocrática, não respeitando o poder local e não respeitando a vontade das populações. Na sequência disso, a Câmara Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Mej 03
Gonç.
Ferreira

de Alijó, tal como reiteradamente também disse nesta Assembleia Municipal, reuniu, primeiro, com todas as Juntas, e no seguimento de uma proposta concreta que saiu dessa reunião, reuniu depois apenas com as Juntas envolvidas, para continuar a contestar política e juridicamente esta matéria. Gostava de reiterar o que foi dito pelo Sr. Presidente da Junta do Amieiro, pelo Membro Cláudio Vilela, e por todos os outros que de alguma forma acompanharam o processo, para dizer que a Câmara vai apoiar a contestação jurídica, que irão fazer relativamente a esta matéria, na sequência da que já foi feita pela ANMP e pela ANAFRE, que continuam a contestar a constitucionalidade desta Lei, exatamente por não ter respeitado a pronúncia das Assembleias Municipais que disseram não, ou a pronúncia daquelas que aceitaram, mas não de acordo com aquilo que o Governo queria. Disse que este é o esclarecimento final sobre um processo verdadeiramente desastroso, conduzido de uma forma de que não há memória num Portugal democrático e que vai ficar para a história. Mais disse que concorda que fique registado quem foram os responsáveis por este verdadeiro atentado contra todos os municípios, contra a liberdade democrática conquistada no 25 de abril, tal como foi sugerido pelo Membro Cláudio Vilela. ----- No que respeita à visita do Exmo. Sr. Presidente da República e ao documento que lhe entregou disse que lamenta que este Governo não tenha respeitado os dezanove Municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal do Douro relativamente ao mesmo. Este documento foi um desafio que lhes foi lançado pelo Sr. ex-Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Daniel Campelo, para apresentar um documento em que expusessem o que pensavam acerca da problemática do Douro e da vitivinicultura que é o motor do Douro. Após reuniões com a Casa do Douro, com o IVDP, com todas as cooperativas da região demarcada do Douro, com todos os agentes que tratam com esta matéria no seu dia-a-dia e com especialistas da UTAD, foi elaborado um documento com base nos pareceres de cada um deles, que tinha como pedra de toque fundamental fazer com que o álcool necessário para a composição do vinho do Porto, fosse todo produzido na região e não pudesse vir de fora, ou seja, fechar a região à importação desse álcool. Se assim acontecesse estariam resolvidos os excessos de produção na região demarcada do Douro e conseguiam, ao mesmo tempo, levar o melhor vinho até ao consumidor (quer o vinho de Porto, quer o vinho de consumo), e queimar o menos bom, para produzir o álcool necessário para fazer o vinho do Porto. Com esta medida salvavam as cooperativas e os agricultores, ganhavam escala,

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MCP 64
S. A. Alves
F. Alves

umentavam o rendimento de forma exponencial. Informa que esta situação já ocorreu na região, os exportadores foram os únicos contra esse modelo, porque a sua estratégia é asfixiar financeiramente o pequeno e médio produtor e até mesmo o grande, de forma a poderem controlar sempre o preço do produto. Esta situação evitava o que tem acontecido nos últimos anos, por causa das dificuldades financeiras do pequeno e médio vitivinicultor, os exportadores estão, ao mesmo tempo, a transformar-se em produtores, e estão a comprar paulatinamente as quintas e propriedades dos agricultores do Douro, de modo a que daqui a uns anos tornar-se-ão autossuficientes não precisando depois do pequeno e médio vitivinicultor. Informa que esse documento visava dar uma resposta concreta a esse problema, bem como ao problema da Casa do Douro, porque visava também dignificar e dar-lhe um papel de controlo da produção do álcool para a produção do vinho do Porto, bem como revitalizar a SubviDouro que tem todas as condições para fazer essa produção na nossa região. Para tal ser possível bastava alterar a legislação para que se fechasse a região à importação do álcool e assim possibilitasse a sobrevivência do Douro, que do ponto de vista vitivinícola, tem vindo a assistir à descida do preço do vinho de consumo e do vinho do Porto. Apresentaram esse documento, mas de certeza que quem o encomendou não gostou do mesmo, pois não seria o documento que queria. A partir dessa altura fizeram conferências de imprensa, solicitaram audiências, mas até hoje as portas foram fechadas. Assim, quando estive cá o Sr. Presidente da República, entregou-lhe o documento, na esperança última, que este pudesse desbloquear este processo, que do seu ponto de vista foi bloqueado pelo poder económico dos exportadores. Acrescenta que a CIM Douro ainda não desistiu desse processo, e se no próximo quadro comunitário de apoio possibilitarem às comunidades intermunicipais fazer candidaturas e tratar de alguns assuntos diretamente com Bruxelas, irão aí levar esse assunto para tentar que alguém perceba que a Lei da concorrência não está a ser cumprida, porque há claramente um comportamento de cartel dos exportadores relativamente aos pequenos e médios vitivinicultores. ----- Disse que, relativamente ao túnel do Marão, é um exemplo de pura irresponsabilidade da parte do dono de obra, o Estado, que quase dois anos após o Governo tomar posse, continua com este problema por resolver. E se era admissível que num primeiro momento tentassem negociar melhores condições com a empresa vencedora do concurso, porque toda a gente sabe que em

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MCP 66
Gentil
Ferreira

qualquer nível da vida de uma pessoa (pessoal, profissional e até na atividade política) existe um momento para o diálogo, para a negociação, mas há também um momento para a decisão. Mas não pode haver um momento de, quase dois anos, para a indecisão, porque isso vai custar dinheiro aos contribuintes, pelo simples facto de existirem contratos assinados e as multinacionais de construção civil não irão abdicar dos seus direitos. Posto isto, o Estado tem duas hipóteses, ou conclui a obra ou paga uma brutal indemnização para não a concluir. E este é o grande erro estratégico desse *dossier*, mas há mais. Relembra que o túnel foi concebido para acabarem com as mortes no IP4, itinerário principal que mais vítimas fez a nível nacional e europeu, e que levou mesmo à constituição de uma associação de utentes do IP4 que tinham como primeira e principal reivindicação o túnel do Marão, porque só com esta infraestrutura se podem ultrapassar as condições atmosféricas verificadas no alto de Espinho e na subida de toda a montanha. Afirma que a primeira razão para concluir o túnel é salvar vidas, e uma vida não tem preço. Reafirma que este era o primeiro objetivo. Mas do ponto de vista da racionalidade económica e do rigor de gestão da causa pública e das contas públicas, não se compreende que três quartos da obra estejam concluídos, porque 90% da autoestrada está pronta, e o troço entre Vila Real – Amarante, exatamente aquele onde está integrado o túnel do Marão, está completamente parado, com o efeito colateral de termos um IP4 ainda mais perigoso, porque está condicionado devido às obras. Mas existe ainda uma última e principal razão pela qual a obra já deveria ter reiniciado há muito tempo. Efetivamente as grandes empresas que têm contrato com o Estado não têm problema nenhum em estar com aquela obra parada, porque têm outras obras na África, Brasil, Portugal. Já o mesmo não se pode dizer de centenas de empresas de construção civil da nossa região, entre Amarante e Vila Real, que planificaram a sua vida económica e das suas empresas a contar com aquela obra, porque têm contratos de subempreitada referentes à mesma, tendo muitas delas já falido, levando centenas de trabalhadores da área de construção civil ao desemprego. Ou seja, até para combater o flagelo do desemprego, porque aquela obra representa centenas de postos de trabalho nessa área, esta construção é uma absoluta necessidade para a região. Acrescenta que não é credível a desculpa que estão, uma vez mais, a fazer investimento no betão, porque não estão a duplicar autoestradas, não é como o investimento feito nas três autoestradas que existem entre Porto-Lisboa, ou as três paralelas que existem entre Amarante-Porto, a autoestrada transmontana é a

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 06
Antonio
Favaio

única da região que liga Porto-Bragança. Afirma que nem sobre este ponto de vista há qualquer tipo de argumento para fazer parar a obra, mas mesmo que houvesse, há um momento para parar as obras - quando ainda não saíram do papel - não é quando está 90% da obra concluída pôr em causa todo o investimento, o que é outra irracionalidade, do ponto de vista económico. Informa a Assembleia que deu uma entrevista à SIC, na qualidade de presidente da CIM Douro, onde classificou o verdadeiro crime que estão a cometer com o túnel do Marão, e fez uma analogia: o que os portugueses não querem é que tornem este túnel no BPN do betão. Isto é, tal como no BPN, que não utilizassem o túnel do Marão para privatizar lucros e socializar prejuízos. Ou seja, com este processo quem viesse a ganhar seria apenas e na verdade a empresa que assinou o contrato à qual vão ter que pagar e depois, para pagar esse mesmo prejuízo viessem com mais cortes na educação, na saúde, na segurança social e no estado social, isto é, e/ou com mais impostos para que os contribuintes portugueses pagassem mais este desvario de quem não tem o mínimo bom senso na gestão pública. Respostas? Não têm, tal como não têm para a questão do vinho. Mas têm a voz para se fazer ouvir e dizer que é uma injustiça brutal para com uma região que, se o País está a sofrer com uma grave crise económica o interior, sofre o dobro ou o triplo, porque as condições de partida já eram muitos desiguais relativamente ao resto do País. Reafirma que se o País está em crise, esta agrava-se no interior, porque precisam de coesão territorial e de competitividade, e a autoestrada transmontada é um desses fatores. -----

No que concerne aos Bombeiros de Favaio e Bombeiros de Alijó, disse que faz das palavras do Membro António Fernandes as suas e acrescenta que a inauguração do novo quartel dos Bombeiros de Favaio foi um momento de grande simplicidade, mas ao mesmo tempo de grande rigor e dignidade por parte de todos os intervenientes. Disse ainda que, no tempo em que exerce as funções de Presidente da Câmara, foi das cerimónias melhor preparadas e organizadas, em que o sentimento de confiança, de esperança, de responsabilidade e, sobretudo, de reconhecimento mútuo e de gratidão foi expresso por todas as partes. Considera que o que se passou nessa inauguração é o exemplo de quando o poder central, o poder local e as instituições unem esforços para conseguir concretizar um determinado objetivo, e pensando mais nas populações e menos nos próprios interesses, as coisas concretizam-se, realizam-se, e consegue-se concretizar o sonho. Mas quando a orientação é braços de ferro contínuos entre os intervenientes, perdem todos. Favaio é

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 67
F. Santos
F. Santos

um exemplo de grande dignidade e do que deve ser feito até em períodos de crise. Acrescenta que nunca viu uma situação de reconhecimento, como referiu o Membro António Fernandes, aos próprios serviços da Câmara, tal como foi feito. Disse que não é por vaidade que ficam satisfeitos com esse reconhecimento, mas sim pelo sentimento de gratidão, talvez considerado o sentimento mais profundamente humano que se pode ter, sobretudo em tempos de crise. Informa que o quartel dos Bombeiros Voluntários de Favaios e o quartel dos Bombeiros Voluntários Alijó, foram candidatados na mesma altura, pelas devidas instituições com apoio da Câmara, ao POVT – Programa Operacional de Valorização do Território, a fundos comunitários para a sua realização. Favaios, como escolheu fazer um quartel novo, num terreno que já possuía correu mais rápido. Alijó, porque carecia de uma adaptação (que vai incluir demolição) de parte do edifício que atualmente ocupa para fazer nascer um novo quartel, teve outras complicações, aliás já vai na quarta ou quinta alteração do projeto inicial. Garante que conseguiram aprovar a última remodelação, e que os serviços da Câmara (tal como aconteceu com Favaios) apoiaram desde a primeira hora, para que possa conhecer a luz do dia, em termos de início de execução no corrente ano. A questão a resolver atualmente é o tempo, isto é, porque foi candidatada a fundos comunitários a obra tem que obedecer às normas da contratação pública. Contudo o quadro comunitário encerra em 2013. Os Bombeiros de Alijó, agora que viram resolvido o seu problema, se abrirem o concurso agora não têm hipótese de concluir o processo até ao final do ano. Assim sendo, ou os deixam concluir a obra prorrogando por um ano o prazo, ou têm que colocar a obra a concurso através da contratação direta, o chamado ajuste direto, que a título excecional pode ser autorizado em determinadas circunstâncias. Informa que é o problema que está por resolver. Acrescenta que aproveitaram a vinda do Sr. Ministro da Administração Interna a Favaios para lhe colocar essa questão, aliás inicialmente quem viria inaugurar o quartel seria o Sr. Secretário de Estado, mas insistiram e alteraram a data da inauguração para poder coincidir com a agenda do Sr. Ministro, para assim “matar dois coelhos, com uma cajadada só”.

Relativamente ao PAEL e á sua informação prestada no *Pontão Um da Ordem de Trabalhos*, disse que a Câmara já fez a sua parte, como referiu o Membro António Fernandes. A candidatura foi feita no prazo de 20 dias conforme estipulado pelo Estado. Informa, como já fez em várias Assembleias, que a adesão ao PAEL traduz-se na resolução dos problemas económicos das

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 68
Fernando Ruas
Ferreira

Câmaras que aderiram a esse instrumento, que considera ser muito bom, uma vez que transforma dívida de curto prazo em dívida a médio e longo prazo, permitindo trabalhar, ultrapassando as limitações decorrentes da Lei de Pagamentos e Compromissos em Atraso, publicada em 21/02/2012, a partir da qual ficaram impossibilitados de fazer transferências para outras instituições. Disse ainda que desde essa altura têm pressionado, bem como a ANMP, os membros do Governo para aprovar rapidamente esses contratos e fazer com que esse dinheiro entre na economia real, para evitar um conjunto de falências de empresas, a quem a Câmara deve, e necessitam desse dinheiro para se manterem. Contudo há um conjunto de procedimentos que ainda estão por cumprir, ou seja o PAEL da Câmara de Alijó foi aprovado pelo DGAL, pela Inspeção Geral das Finanças e pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Local (ainda antes de ir embora). Agora, dizem-lhes que carece de aprovação do Sr. Secretário de Estado do Tesouro, do Sr. Secretário de Estado do Orçamento (isto é, os que trabalham diretamente com o Sr. Ministro das Finanças), de posterior publicação no Diário da República, e subsequente envio para o Tribunal de Contas, e aí sim, virá o dinheiro. Disse que esta preocupação tem sido de tal forma, que a própria ANMP enviou em 25/02/2013 duas cartas com o mesmo teor, uma para o Sr. Ministro das Finanças e outra para o Sr. Ministro-adjunto dos Assuntos Parlamentares, Vítor Gaspar e Miguel Relvas, respetivamente, que nos últimos parágrafos diz: “Entende-se, portanto, que nenhum membro do Governo deve preocupar-se e assumir responsabilidades de gestão quando reafirma-mos que essas são dos Municípios”, querem com isto dizer que, se está tudo aprovado que devolvam o processo, porque a autonomia de gestão dos Municípios não lhes pertence. Continua “Sublinhamos também que há situações comprovadas em que algumas empresas correm o risco de encerrar, se não forem desde já liquidados os pagamentos em atraso”, no último parágrafo lê-se “Assim, somos a solicitar a V. Ex.^a uma intervenção nesta matéria, para que os contratos com os Municípios, no âmbito do PAEL, sejam outorgados cumprindo-se dessa forma o memorando de acordo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo, esperando uma resposta urgente de V. Ex.^a, apresenta os melhores cumprimentos, Fernando Ruas, Presidente da ANMP”. Este é mais um exemplo de que os Municípios cumprem o que lhes pedem, cumprem prazos de 20 dias, e agora desde setembro já passaram 5 meses sem qualquer tipo de resposta, de quem tinha a obrigação de cumprir um acordo tutelado entre o

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 69
Gonçalo
Ferreira

Governo e a ANMP. Afirma que não pode, com seriedade intelectual, dizer quando é que o processo poderá estar encerrado. -----

No que respeita às questões referentes às estradas, montarias, contrapartidas da Mota Engil, solicita ao Sr. Presidente da Mesa que após a sua intervenção seja dada palavra ao Sr. Vice Presidente, pois é o responsável por essas matérias. -----

Relativamente à ZIF disse que as Juntas de Freguesia de Vila Chã e Vilar de Maçada, os agricultores dessa região, a Aflodouro Norte e o próprio Município de Alijó, que prestou apoio desde o primeiro momento, porque acreditou e continua a acreditar que se no sul do concelho o vinho é o motor da sua economia, acredita que no norte a floresta bem gerida também podia ser uma enorme riqueza, fizeram aquilo que o Governo mandou fazer. Na zona norte do País as matas e florestas são consideradas minifúndio, não têm escala para serem geridas do ponto de vista económico, para isso acontecer teria que haver uma parceria, ou seja teriam que se unir para ganhar escala, dimensão e racionalidade económica para poder daí resultar aproveitamento para todos, assim sendo, o Governo legislou as chamadas ZIF – Zonas de Intervenção Florestal. Estas visam três coisas: combater de forma mais eficaz o flagelo dos incêndios, porque os incêndios não se combatem, evitam-se, e para que isto aconteça é necessário gerir a floresta durante o inverno, nomeadamente com limpeza, com aceiros, com pontos de água, para que durante o verão a probabilidade do incêndio, de causa natural, seja inferior; a maioria dos proprietários são idosos, e não têm a vitalidade, energia, dinamismo e conhecimentos para poderem gerir eficazmente, do ponto de vista económico, as pequenas parcelas que possuem, daí ser mais um motivo para se associarem; esta associação permitia-lhes candidatarem-se a fundos comunitários, que de forma isolada não conseguiam fazer, o que lhes possibilitava pagarem a uma equipa técnica que os pudesse ajudar a gerir essa mesma zona de intervenção florestal. Acrescenta que, no que concerne à ZIF, o que competia aos poderes locais fazer, está feito. Na sequência disto a ZIF fez, por exemplo, uma candidatura para contratar uma equipa de sapadores florestais para fazer exatamente a limpeza dos matos, mas apesar de ter todas as condições e de cumprir todos os requisitos, foi mais uma vítima da crise. E não só não aprovaram essa equipa como ainda não autorizaram a renovação do contrato com a equipa de sapadores florestais da Câmara que estava aprovado por cinco anos e ainda não tinha terminado. Ao fim de três anos, aproveitaram o período de

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

70
António Lousa

reavaliação e o Governo, à conta da crise, terminou com a equipa. Resumindo, o concelho de Alijó poderia ter duas equipas de sapedores florestais (uma da Câmara, outra da ZIF) e no final ficou com zero. Mas falando de cortes dá ainda o exemplo do corte na ligação aérea entre Bragança e Lisboa, com a desculpa do reequacionar, do rever, do reanalisar ficou parada, e esta região do país continua a ser a única sem ligação aérea a Lisboa, porque o Governo não quer assegurar esse transporte no valor de dois milhões e quinhentos mil euros. Pergunta se a região de Trás-os-Montes e Alto Douro não merece um investimento nesse valor, para terem acesso, quer empresas, municipais, à cada vez mais centralizada Lisboa? Os impostos cobrados na região não justificam pelo menos essa ajuda no transporte aéreo como tem Açores e Madeira? A resposta é infelizmente a mesma que a do túnel do Marão, que a do documento da vitivinicultura, da ZIF: a região não existe, porque não têm votos suficientes para inquietar a consciência dessas pessoas. -----

No que respeita ao abaixo-assinado por causa da luz no polivalente da Chã disse que desconhece por absoluto a existência do mesmo, mas informa que é direito das pessoas se manifestarem, nomeadamente através de abaixo-assinado, mas atualmente não é dessa forma que se resolvem os problemas. Para haver luz no polivalente da Chã, ou nos balneários, ou para se fazer qualquer outra obra é necessário que o Governo aprove o PAEL, para a Câmara poder assumir os compromissos do passado, ultrapassar as limitações da Lei dos Compromissos e Pagamentos e Atraso, e poderem ter liquidez para resolver esses problemas (luz, buracos, pavimentações). Disse que mesmo com essas dificuldades, e considerando que é uma despesa urgente e inadiável, a Câmara abriu concurso para aquisição de massa asfáltica, para tapar alguns dos buracos existentes nas estradas do concelho. Informa que a Câmara está em gestão corrente, a pagar despesas já realizadas, e enquanto não desbloquearem o PAEL não podem fazer nada, ou incorrerão em responsabilidade civil e financeira. -----

Relativamente à questão do PDM e agregação de Alijó, Favaios e Sanfins do Douro, informa o Membro António Lousa, que a Câmara já fez tudo que tinha a fazer no que concerne ao PDM, o processo está concluído e foi entregue à burocracia do nosso País, julga que brevemente irá para consulta e que conseguirão terminar o mandato com o PDM revisto. Afirma que o que disseram no PDM, ou melhor, o que lhes permitiram, com algumas limitações, foi que há uma continuidade urbana entre Alijó – Favaios – Sanfins, e que devia, pelo menos, na continuidade da estrada, desde

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

mg 77
F. A.
Figueira

que o dinamismo social e económico assim o permitisse, haver a hipótese de construção e assim aproveitar essas estradas municipais para gradualmente ligar essas duas ou três urbes. Afirma que é mais fácil ligar Alijó a Favaios, uma vez que a ligação já esta feita havendo só uns pequenos espaços vazios entre casas. Mas o objetivo era dar à zona central uma dimensão urbana, até para poderem ter outro tipo de equipamentos, fazerem outro tipo de exigências ao nível da reabilitação urbana. Acrescenta que será, com certeza, um outro Executivo que poderá levar por adiante este projeto, que considera estruturante para dar competitividade ao território do concelho de Alijó. ----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Vice Presidente da Câmara, prof. Manuel Adérito Figueira. -----

-----**VICE PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que gostava de prestar esclarecimentos sobre as estradas, e apesar de só terem mencionado a que liga Safres ao Franzilhal, informa que quase todas as estradas do concelho estão em mau estado. Acrescentou que é necessário e urgente tapar os referidos buracos existentes, não só provocados pelos javalis, mas principalmente pela própria degradação do pavimento. Disse ainda que o que leva a Câmara a estas situações é a Lei dos Pagamentos e Compromissos em Atraso, mas encontra-se aberto um concurso para aquisição de massa asfáltica e cola para tentar resolver esses problemas. Contudo tiveram que justificar como urgente e inadiável, que a seu ver não sabe se encaixará no espírito dessa mesma Lei, mas que tiveram que agir dessa forma pois não podem continuar nessa situação. Aproveita o momento para dar uma palavra de agradecimento ao Sr. Presidente da Junta de São Mamede, porque falaram na estrada Safres-Franzilhal, mas não da que liga São Mamede-Safres, sinal de que a estrada está arranjada, e esse feito é da única e inteira responsabilidade do Presidente de Junta de São Mamede, que tem procedido, dentro dos poucos recursos que tem na sua Junta, a esses arranjos. Afirma que uns não são mais beneficiados que outros, uns são, talvez, mais aplicados e outros menos. -----

Relativamente à Mota Engil disse que o contrato celebrado entre esta empresa e a Câmara Municipal foi cumprido na íntegra. O mesmo referia-se à cédência, ou aluguer, do espaço onde instalaram o estaleiro em troca da ampliação da pista do aeródromo, para além da estrada Chã – Carlão. Essa ampliação foi feita, mas não foi prevista a ampliação e pavimentação, foi feita sim a abertura e a terraplanagem à quota real da pista. Informa que para além disto, ajudaram a compor

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

72
JMG
F. Quintas

caminhos vicinais que não estavam no contrato, nomeadamente em Vila Chã e no Pópulo. Pelo que sabe, a única coisa que falhou, mas fora do contrato, foi uma promessa que fizeram à Sr.ª Presidente de Junta de Pegarinhos no que se refere a um acesso à povoação de Pegarinhos, junto à adega, que não fizeram. Reafirma que o acordado com a Câmara Municipal de Alijó foi cumprido na íntegra.-----

No que respeita à caça, disse que muita gente fala dela com desprezo total, esquecendo-se do que a mesma traz para o concelho. Informa que no concelho existem cerca de 300 caçadores que praticam a caça, e durante a época venatória visitam o concelho milhares de caçadores. Disse que as pessoas esquecem-se do benefício e desenvolvimento que a caça dá ao concelho. Exemplo disso são os restaurantes e os agricultores, que conseguem vender o seu vinho e azeite. Não podem falar da caça com desprezo e indiferença. Acrescenta que enquanto pertencer à Câmara zelarà pela caça até à “última gota de sangue”. -----

No que concerne aos javalis oferecidos, disse que, em todas as montarias que participou (e foram todas) nunca ofereceu javalis a ninguém, nunca negou um javali a quem lho pedisse. Há os que pedem e levam, há aqueles que nem tão pouco aparecem. Acrescenta que a maioria dos Presidentes de Junta do Concelho normalmente aparece nas montarias, mas há alguns, onde está inserido o Membro Fernando Quintas, que nunca lá aparecem. E com certeza o Sr. Membro estava a espera que o Vice Presidente da Câmara lhe mandasse uma carrinha ao Amieiro para lhe oferecer um javali. Agora não esperem que ele mande um trabalhador da Câmara, numa viatura de serviço, entregar javalis a alguém, porque não o fará. -----

Relativamente ao penedo do Amieiro, disse que o Membro Fernando Quintas, desde há uns meses a esta data, sempre que fala do presente Executivo, é sempre contra, quer na extinção das freguesias, porque faz confusão entre as competências da Câmara e da Assembleia Municipal e agora em relação ao Amieiro. No que respeita ao relatório que o Membro Fernando Quintas leu, disse que o mesmo poderia ter sido pedido pela Junta, mas não foi, quem o pediu foi a Câmara Municipal. Informa que se a pedra ainda se encontra no mesmo sítio, é porque não quer ser responsável por algo que pode causar inortes, não assumirá essa responsabilidade, mas se o Sr. Presidente de Junta do Amieiro o quiser fazer, que o faça. Afirma que a Câmara Municipal de Alijó não tem condições de segurança para retirar aquela pedra, assim, não pode de forma alguma

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

M4 73
Fernando Quintas

responsabilizar-se por isso. Já contactaram a UTAD, e inclusive vários empresários que quando chegam ao local torcem a cara. Acrescenta que foi falar com o engenheiro responsável pela execução da barragem no Tua, de quem é particularmente amigo, e levou-o ao Amieiro para que o ajudasse a resolver aquele problema, uma vez que já bateu em tantas portas e ninguém o ajudou. Quer resolver o problema, mas com segurança, não podem fazer rebentar a pedra e correr o risco de afetar a população. Continua dizendo que foi então ao Amieiro, e o Sr. Presidente de Junta ficou muito surpreendido por não o ir chamar, à hora em que tal aconteceu não sabia que estava em casa. Informa que foi o Sr. engenheiro que marcou a deslocação àquela Freguesia. Esta visita tinha o intuito de o engenheiro ver a situação, para proceder junto de empreiteiros que trabalham da barragem, para tentar arranjar uma solução para aquela pedra, ou tirá-la, ou destruí-la, ou prende-la com correntes, e não considerou de extrema necessidade o Sr. Presidente de Junta estar presente, mas se ficou ofendido por isso, pede desculpa. Disse ao Membro Fernando Quintas que, sendo do Amieiro tem que defender os interesses dos amieirenses, mas a Câmara tem que defender os interesses de todo o concelho de Alijó. Têm que ser prudentes e equilibrados, e só farão as coisas em segurança, sem prejudicar nem os bens nem as vidas de terceiros. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre novo Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Na qualidade de Presidente da Junta de São Mamede de Ribatua, disse que grande parte das montarias do javali se têm feito em São Mamede, e a Junta tem colaborado no que lhe é possível, nomeadamente com a carrinha. Mas a Junta de Freguesia, e gostava de dizer isso até para que alguns colegas o saibam, tem participado muito na realização das mesmas. É do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vice Presidente que a Junta de São Mamede, há uns anos, gastou uns milhares de euros para uma zona onde a montaria é feita (apesar de não ter sido feita exclusivamente para este fim), o que também permitiu que a mesma se realizasse com melhores condições. É um dos que acredita que a caça é uma mais-valia para o concelho de Alijó, embora não concorde na totalidade, da forma como as montarias têm sido feitas, como já disse ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vice Presidente. Não concorda que, por exemplo, a montaria se realize em São Mamede e o almoço seja na Chã, acha que o evento se deveria realizar todo no mesmo sítio. Afirma que a caça, bem explorada como esta a ser, é uma

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

74
Ferreira

mais-valia para o concelho, porque permite uma série de eventos. -----

Disse ainda que, á cerca de 3 anos, foi oferecido um javali à junta de São Mamede, pelo Sr. Presidente da Câmara, e outro à junta do Amieiro, quando esta em nada participou e nem tão pouco a montaria se realizou no seu território. -----

-----**MEMBRO CLAUDIO VILELA:** Disse que pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara, pode concluir que se confirma aquilo que pensava, a visita do Sr. Presidente da República só serviu para o Dr. Aníbal Cavaco Silva verificar no terreno se o governo socialista, liderado pelo nosso conterrâneo José Sócrates, cumpriu com as promessas efetuadas para com os munícipes do concelho de Alijó. Tais como: a construção da Pousada da Juventude, o Centro de Saúde de Alijó, o IC5, as variantes de Alijó e Favaios, a reconstrução do IP4 e sua transformação em A4 e construção do túnel do marão, parado desde que o governo PSD/CDS entrou em funções, o Centro Escolar, a colaboração com as IPSS do concelho na construção da Unidade de Cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia, os lares de Vilar de Maçada, Carlão, Sanfins do Douro e Vila Chã, o Centro de Dia do Pinhão, o Estádio Municipal, a requalificação do mercado e acessibilidades da zona envolvente construídas pela Câmara de Alijó entre outras obras. Desconfia que o Sr Presidente da República terá regressado a Lisboa muito bem impressionado com o desenvolvimento oferecido a todos os Alijoenses pelo Governo Socialista de José Sócrates. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Dirige-se ao Sr. Vice Presidente da Câmara, dizendo que escutou com atenção as suas respostas e ficou surpreendido com o que lhe foi dito. Aceita o pedido de desculpa por não o ter chamado aquando da visita ao penedo, porque passou à sua porta e podia ter batido (e até lhe podia ter oferecido alguma coisa, que é um apanágio dos amieirenses) e tem também um telefone, que até tem voice-mail, e mesmo que tivesse telefonado na véspera, saberia a que horas lá iam e tê-los-ia acompanhado. Acrescentou que estava em casa, e tem testemunhas disso, a sua esposa foi chamá-lo mas quando se despachou já tinham ido embora. Relativamente ao assunto do penedo questiona que, se não aceitarem a resposta da UTAD, vão acreditar em quem? Disse que se o Sr. Vice Presidente não queria meter-se num trabalho daqueles sem a opinião de entidades competentes no caso, como é a UTAD, não ia ser a Junta a pedir o relatório, teria que o pedir à Câmara, que foi a quem pediu para discutir estes trabalhos. Mais disse que o Sr. vice Presidente se deslocou ao Amieiro várias vezes, por causa deste assunto,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 76
F. J. J. J.
F. J. J. J.

inclusive no mandato da Junta anterior, e prometeu-lhes que o assunto iria ser resolvido em breve, e já passaram quase oito anos. Acrescenta que tomou esse assunto a pulso no início do seu mandato, mas já foi no mandato da Junta anterior que foi iniciado, e inclusive ainda antes do 25 de Abril, a Junta de então não tinha meios para mandar fazer serviço algum, e chamou lá duas pessoas do Amieiro, sendo uma delas ainda viva, que demoliam o penedo por quinhentos escudos, mas como a junta não tinha dinheiro o serviço ficou por fazer. Afirma que o trabalho não é tão difícil assim, porque existem técnicas para fazer esses serviços, sem rebentamentos e tiros. Mais disse que, já neste mandato, foi rebentada uma fraga de acesso na Rua de Santo António, mesmo no alicerce de uma casa, para permitir a passagem, e não foi necessário tiro nenhum, foi o Sr. Virgílio de São Mamede que o fez e não houve problema nenhum. Afirma que andam a adiar, mas confia plenamente na promessa que o Sr. Presidente da Câmara fez à população no Amieiro, no mês de dezembro, mas custa-lhe acreditar e confiar nas suas palavras. -----

Relativamente ao javali disse que não foi no seu mandato que o receberam, foi sim no mandato da Junta, do PSD, que estava ao serviço no Amieiro. Acrescenta que só foi convidado uma vez para as montarias, e assistiu, não tem possibilidades de auxiliar, porque não é caçador, mas reconhece que o Sr. Presidente da Junta de São Mamede faz, e muito bem, esse serviço, porque além de Presidente de Junta é funcionário da Câmara, ao contrário de si que é reformado. -----

Quanto aos caminhos e estradas e às pedras que se encontram caídas, dá o exemplo da zona do Carvalhal, onde caiu uma trincheira que está a ocupar a valeta da estrada que liga ao Franzilhal, houve uma derrocada e está o pavimento à vista, pode dar-se ali um acidente e já há mais de um ano que reclama essa reparação. A Câmara tem uma máquina que vai para todo o lado, porque não vai lá reparar aquilo? É isso que tem a dizer, e lamenta ter que dizê-lo ali. Afirma que não tem nada contra o Sr. Presidente, de quem é amigo há muitos anos, ou contra o Sr. Vice Presidente. Mas custa-lhe andar a falar sempre no mesmo, porque as pessoas do Amieiro é consigo que vão ter, não é com o Sr. Vice Presidente, e exige que isso seja respeitado. -----

-----**MEMBRO MIGUEL CARTAGENO:** Disse que a sua intervenção refere-se à destilação do vinho, referida pelo Sr. Presidente. O ex Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Daniel Campelo, há uns tempos, pediu à CIM Douro para elaborar um documento sobre a atual situação vivida na região demarcada do Douro. A CIM Douro elaborou esse documento, e num dos pontos do mesmo

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MG 76
F. J. J. J.

cabia a destilação do vinho para fabrico de aguardente para vinho do Porto. Nessa reunião, feita em Moncorvo, o próprio fez uma introdução ao documento discordando, falta de técnica e erros. O motivo do seu discurso agora é que o Sr. Presidente da Câmara, ao cabo de uns meses, volta a dizer a mesma coisa. Mostra o seu descontentamento, também na qualidade de empresário agrícola, considera que estão muito mal representados a nível do Douro em geral, mas a si cabe-lhe principalmente o concelho de Alijó, como local da sua principal atividade agrícola e sente-se lesado por não terem dirigentes que os defendam. Recorda que, no atual ano, produzem-se cem mil pipas de vinho do Porto, para estas necessitam de 20% de aguardante, ou seja, vinte mil pipas. Para se fazerem vinte mil pipas de aguardante têm que se destilar cento e sessenta mil pipas de vinho (ou cento e quarenta mil, dependendo do grau do vinho). Ora se somar-mos as cento e sessenta mil pipas de vinho mais oitenta mil pipas, que será o mosto para fazer o vinho do Porto, necessitaremos de duzentas e quarenta mil pipas de vinho, só para a produção do vinho do Porto e respetiva aguardente. Particularmente este ano, no Douro e segundo as previsões do IVV produziram-se duzentas e setenta mil pipas, que não é a realidade. Ou seja, não há vinho suficiente, não contando com os vinhos de pasto e vinhos de consumo, para destilar a aguardente total para o vinho do Porto no Douro. É por aqui que tem que se começar. Tem que se ir buscar aguardente onde? De preferência ao mercado nacional, não havendo vai-se ao estrangeiro, porque também nos compram vinho do Porto, e a aguardante quando destilada tanto faz ser de vinho fraco ou bom. Aconselha a terem mais conhecimento, a CIM Douro quando fez o documento devia munir-se de técnicos para fazerem esse género de contas. Pede para olharem um pouco mais para a agricultura e para quando falarem o fazerem com números precisos tecnicamente. Acrescenta que anda por aí tanto técnico desempregado e convidando-os até o fazem gratuitamente. -----

-----**MEMBRO MANUEL VILELA:** Disse que quanto ao assunto agora falado pelo Membro Miguel Cartageno, julga que não houve vontade do Governo em dar andamento ao processo. Estão em Lisboa, não têm vontade em ajudar, até porque já entrou em diálogo com eles algumas vezes, gastou muitas horas no telefone, mas não conseguiu nada. Considera que o Sr. Daniel Campelo também tem culpa nisso, pois se tivesse vontade aparecia, conversava pessoalmente com as pessoas e tentava resolver o assunto da melhor maneira. Não há vontade da parte do Governo e daí é melhor esquecer o assunto. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Disse que gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, para quando a construção da ETAR em Cheires, que o povo há tanto tempo pede? -----

Faz uma chamada de atenção para que os srs. caçadores não deixem os cartuchos vazios no chão, porque há muita falta de educação entre eles. Julga que quando vêm à Câmara buscar as licenças para caçar, valerá a pena colocar um placard para que eles não se esqueçam. Sabe que a Autarquia não tem culpa da má educação dos mesmos. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO LOUSA:** Agradece ao Sr. Presidente e ao Sr. Vice Presidente pelos esclarecimentos prestados, mas falou-se muito na reorganização das freguesias e pergunta ao Sr. Presidente se esta extinção ou junção de freguesias surgiu de algum motivo? E o motivo chama-se plano de resgate, que estava firmado nesse acordo quantas freguesias tinham que se unir nesse documento, se estiver enganado gostava que o Sr. Presidente o corrigisse. -----

-----**MEMBRO MARCO RODRIGUES:** Na sequência da conversa dos porquinhos, requinhos e vinho disse ao Sr. Presidente da Câmara que para a freguesia do Castedo não é necessário um reco, basta um leitãozinho e pede ajuda para desbloquear a situação do cemitério, que é complicada. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que gostaria de felicitar e dar os parabéns ao Membro António Lousa, agora empossado, e desejar-lhe as maiores felicidades no desempenho desta nova função enquanto membro da Assembleia Municipal, e diz isso porque realmente esta Assembleia sem este membro não é a mesma coisa. Mais disse que, com base nas intervenções e petições do membro António Lousa, vê-se que se preparou bem em casa, designadamente no que refere à ZIF, à eletrificação do polivalente. Isso são só elogios para este Executivo e também para o seu Presidente de Junta que sabe não o apreciar e questiona se sabe porquê? Porque se não houvesse polivalente não seria precisa a eletrificação ou as casas de banho, e se são precisas é porque existem as infraestruturas. Aliás o Membro Cláudio Vilela enumerou várias, mas ainda deixou algumas para trás, nomeadamente o polivalente de Vila Chã, uma infraestrutura ao dispor de todos. E depois ainda desenterra um abaixo-assinado, de há cerca de 4 ou 5 anos, logo a seguir à construção, pois quiseram logo a eletrificação e as casas de banho e quiçá um funcionário para limpeza e outras coisas assim. Disse que o País está como está e lembra o Membro António Lousa que, quando veio cá o Sr. Presidente da República, havia uma faixa grande a dizer “Obrigado

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MG 78
[Handwritten signature]

Sócrates” e quase foram impedidos e quase levaram porrada da GNR. Depois fez-se outra faixa e colocada nos viadutos, julga que não esteve lá 24 horas, e desapareceu não sabe como, até porque nessa altura não havia vento, foi no verão. Não sabe como estas coisas podem incomodar. Relativamente à ZIF disse que foi uma instituição criada com a melhor das intenções para fazer vingar um recurso natural que temos na zona norte, tudo foi feito e muito foi feito, fizeram-se muitas reuniões e o Sr. Membro António Lousa teve conhecimento das mesmas, mas nunca o viu em nenhuma. Também na freguesia de Vila Chã e de Vilar de Maçada que têm recursos florestais, quase todos se associaram e também não viu lá o nome do Sr. Membro, porque sabe que também tem floresta. Isto só para dizer que só tem a lamentar que no fim do seu mandato não vai poder, como fez o membro Cláudio Vilela, numerar obras deste Governo no nosso concelho, aliás até as que estavam a decorrer, pararam, com a desculpa da reestruturação, de rever o contrato, de rever a parte económica, mas todos sabem que é sempre para cortar ou parar. O Sr. Presidente explicou muito bem a questão da A4 versus túnel do Marão, mas o Sr. Presidente esqueceu-se de uma coisa que é quase tão importante, que são os viadutos, a A4 não está parada entre Vila Real e Amarante, começa logo no parque de Justes. Dinheiro investido para nada, lamenta que existam aqueles viadutos para nada, há anos que estão prontos, para nada. Isso é que é regredir! Lamenta também, embora aplauda como aplaudiu, quando a Sr.ª Ministra Conceição Cristas vindimou no Douro, pois pensou que havia alguém que vinha ao Douro e que se interessa pelos problemas, mas cedo se desiludiu, pois a Sr.ª Ministra foi para baixo e nada fez. E nada vai fazer pelas pessoas ou pelo Douro. Esta Ministra teve o cuidado de acabar com a Autoridade Florestal Nacional que era onde havia alguma força, algum peso para defender os agricultores de floresta e a agricultura, ou seja tudo que entronca nessa riqueza e criou uns serviços descentralizados, que cada um por si, não conseguem vingar a razão. Como também referiu o Sr. Presidente da Câmara, por exemplo da via aérea, ou mesmo o helicóptero de Macedo de Cavaleiros, ou seja, levam tudo, só não levam as pessoas porque dizemos não! Queremos permanecer aqui e é aqui que mostraremos a força do nosso trabalho. Enquanto houver pessoas determinadas a ZIF nunca vai acabar, esperará, para dar nas vistas por melhores dias, isso sim. Acrescenta que tinham uma candidatura para uma equipa de sapadores quase aprovada, mas ao abrigo de tudo que já foi dito, ainda continuam à espera dessa mesma equipa. E se isto acontecesse, a equipa faria um ótimo trabalho na conservação, limpeza de

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 79
Geral
Freguesia

acessos, criação de pontos de água. E é por aqui a base de fazerem alguma coisa pela floresta e também pela caça. Disse ainda que estão a fazer de tudo, que a ZIF não está moribunda, que estão à espera de melhores dias, mas a determinação continua a mesma, já foram feitos todos os levantamentos necessários para fazer as candidaturas e se não fosse a ZIF nada tinham. ----- Em relação à caça e também pesca disse que a freguesia de Vila Chã tem de tudo. Para além da sua localização geográfica, tem caça e pesca, mas nada ganha com isso. Afirma que a caça não pode ser do estilo predador e recolector, só recolher o que os recursos naturais nos dão, tem que haver uma maior ligação a quem tem os terrenos, os seus produtos agrícolas, a sua floresta, ou há de uma vez por todas um grande entendimento entre quem explora a caça e entre quem produz e tem os terrenos onde a caça prolifera ou não estamos bem no que concerne aos porquinhos ou leitõezinhos como referiu o colega Marco Rodrigues. A freguesia de Vila Chã foi a primeira onde fizeram as caçadas à montaria e nem a pele deram de reco algum, nunca deram nem sequer a pele à Junta de Freguesia de Vila Chã e no entanto foram os primeiros. Disse que a democracia foi feita para serem todos iguais, devem ser todos vistos da mesma forma e sabe que o assim não é. Acrescenta que foi convidado a estar presente, mas já há muito tempo que não chega o convite, e a bodas e batizados só vai quem tem convite, e é óbvio que não vai aparecer numa montaria sem ser convidado, pois pode correr o risco de até ser maltratado. Assim, se não é convidado não pode pedir porco nenhum, porque dizem que não os mandam a casa, mas se lhe derem algum não precisam de o mandar, o próprio vai lá buscá-lo. Mais disse que estas coisas têm que ser vistas com maior equilíbrio. Acrescenta ainda que disseram que vinham trezentos caçadores, por si, até podem vir mil, mas que venham com educação como já foi dito, que não trepem os cultivos dos agricultores, que não levem coisas quando passam nos terrenos, que apanhem os cartuchos. Afirma que quem representa a caça não pode de forma alguma interiorizar que é dono das coisas todas. Na pesca é a Câmara que recebe o dinheiro das licenças, mas quem conserva os acessos é a freguesia de Vila Chã, bem como na caça. Acrescenta que de vez em quando, e de fugida, lá consegue a máquina da Câmara, mas parece-lhe que tem azar, porque quando se apercebem que a máquina anda em Vila Chã logo aparece uma rutura e a máquina tem quer regressar, e depois tem o pneu furado, e o certo é que nunca consegue fazer nada em Vila Chã. Afirma que a freguesia de Vila Chã, como todo o resto do concelho, sabe receber essa gente que chega, e recebe-os com

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Mesa' and 'Freguesia'.

abraços, não podem é recolher a caça e os prejuízos ficarem com que tem os seus produtos agrícolas. Informa que já chegou a vir gente de Vila Chã, que não tem transporte, a alugar um carro para chegar e receber cinco euros dos prejuízos causados pela caça, e isso não pode acontecer. -----

-----**MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA:** Com o devido respeito, disse ao Sr. Vice Presidente da Câmara que não considera o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede mais aplicado do que os restantes Presidentes de Junta pelo facto de o mesmo arranjar os buracos da estrada municipal, porque isso é uma competência do Executivo Municipal. O Executivo Municipal tem a competência de estabelecer prioridades, e uma das que considera que o Executivo deve ter é arranjar o asfalto de todas as estradas que estão em mau estado, nomeadamente arranjar aquelas que estão em perigo de derrocada, como é o caso da estrada municipal de Cal de Bois, e isso já foi aqui dito há muito tempo, pois há já muitos anos que essa estrada está em risco e não é a Junta de Freguesia que tem que fazer esse trabalho, é o Executivo Municipal. Afirma que os Presidentes de Junta têm outras competências e essa é competência do Executivo Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que se o Sr. Presidente da Assembleia o permitir, tudo que está relacionado com caça, solicitava ao Sr. Vice Presidente que respondesse, não só porque é caçador, mas porque é o responsável dessa área. Contudo gostava de dizer que a caça é um recurso do concelho, tal como é a floresta e o vinho, e é um recurso estratégico. Podem ter opiniões diferentes sobre a forma como é gerida, sobre como é explorada, mas isso é salutar, porque em democracia várias cabeças pensam melhor que uma, mas a caça é um recurso cinegético estratégico no concelho de Alijó, inclusive devia sê-lo ainda mais no País, de forma a fazerem como os espanhóis. Isso era o que gostava que fosse discutido, como alterar a legislação portuguesa de forma a transformar a caça, para além daquilo que ela já dá, com os condicionalismos que existem, para dar ainda muito mais. Acrescenta que o Município de Alijó é elogiado por Município vizinhos e até por outras entidades que superentendem esta matéria, como um exemplo de aproveitamento de recursos cinegéticos, e é um exemplo tão completo que tem duas zonas de caça, uma mais a norte gerida pelo Município, outra mais a sul, gerida por uma

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ML 87
Faint handwritten signature in blue ink.

associação de caçadores. Acredita que a forma como é gerida não seja perfeita, porque não existem coisas perfeitas, poder-se-á melhorar, desde logo na legislação para se poder explorar com outra capacidade de retirar mais dividendos do que aqueles que se retiram, mas confirma (e é insuspeito porque não é caçador) que o recurso cinegético da caça é uma aposta estratégica fundamental deste município, é das atividades que na relação custo/benefício tem o melhor *superavit* no que realizam, dá lucro, traz muitos turistas da caça ao concelho, que não apenas executa essa atividade como esgota restaurantes. Acrescenta que enquanto cidadão até é incomodado pela prática da caça, porque mora numa zona onde o barulho começa por volta das 5 ou 6 horas da manhã e quase parece uma guerra, tal é a quantidade de tiros, mas em contrapartida vê os restaurantes cheios de caçadores, e considera que só isso já é importante para defenderem, enquanto recurso estratégico, a caça. Apela a que discutam estas minudências noutros fóruns, porque julga que enquanto Assembleia Municipal devem defender a caça, a pesca e todos os outros recursos que, felizmente, o Município de Alijó tem em doses abundantes. -----

Relativamente à observação feita pelo Membro Cláudio Vilela, nomeadamente às obras que foram feitas pelo Governo do Sr. Eng.º Sócrates em conjunto com a Câmara durante o mandato e meio que esse Governo exerceu funções, disse que gostaria de lembrar um episódio que foi significativo do que entende como deve ser a relação entre o poder central e local, que deve ser de respeito e colaboração mútuos, tal como entre a Câmara e as Freguesias, ou qualquer outra instituição. Porque se for assim, no final dessa operação, as populações, que são aquelas que devem servir, porque a democracia é o Governo do povo, pelo povo e para o povo, serão os beneficiados, caso contrário serão prejudicados. E o exemplo foi o seguinte: quando assumiu funções como Presidente da Câmara havia um compromisso entre o estado português e o Município de Alijó para a construção da Pousada da Juventude. Então, quando foi eleito, pegou nesse compromisso, porque era importante e uma aposta estratégica para o Município, e tentou que se concretizasse, uma vez que o mesmo implicava obrigações dos dois lados. Porque na altura tinha mudado o Governo (de PS para PSD), retiraram do PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central – o investimento na Pousada da Juventude em Alijó e quiseram desviá-la para Boticas, que não tinha nenhum acordo feito com o Governo, porque o respetivo autarca era do mesmo partido do Governo. Reafirma que, nessa altura era vereador da

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

MC 82
Carlos
Ribeiro

oposição o Dr. Carlos Ribeiro, o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal, ambos por unanimidade, insurgiram-se contra essa situação e lutaram para que um compromisso estabelecido entre o Governo e o Município de Alijó fosse cumprido. Havia um contrato assinado que tinha que ser respeitado. Na altura disseram algo muito simples e que ainda hoje é válido: os contratos são para cumprir! Não foram contra a construção de uma Pousada da Juventude em Boticas, não podia ser à custa da Pousada da Juventude de Alijó. Isto vem a propósito de honrar os compromissos. Disse que quando foi eleito para o segundo mandato e o Eng.º José Sócrates, eleito Primeiro Ministro, a primeira coisa que lhe pediu foi que honrasse os compromissos assumidos entre o Governo de então e o Município de Alijó. Informa que nessa, como noutras matérias, o Município de Alijó, só tem uma coisa a dizer a esse Governo liderado pelo Sr. Eng.º José Sócrates: muito obrigado por ter feito com que o Governo português cumprisse com os compromissos assumidos com o nosso Município. Acrescenta que também foi essa a metodologia por si adotada desde que foi eleito, sempre assumiu os seus compromissos, independentemente do partido dos Srs. Presidentes de Junta. Os contratos, quando assinados, são para cumprir, poder-se-ão tentar negociar, mas em caso contrario, terão que ser cumpridos. O mesmo se passa com o túnel do Marão, com a ligação área e com todo o resto. Disse ainda que a grande diferença entre o atual Governo e os que o antecederam, incluindo Governos do PSD, é que este não cumpre os compromissos assumidos com o poder local, com as IPSS, com os parceiros sociais, como se tem visto ao longo dos últimos tempos. É um Governo que tem esta atitude de forma generalizada não pode ter o apoio popular, e é por isso que depois se canta a “Grândola, Vila Morena”. É obvio que isso não resolve nada, mas é o direito à indignação das pessoas que já não suportam tanto incumprimento e tanta falta de palavra em relação aos contratos assinados entre Estado central e poder local. -----

No que concerne ao vinho, e à intervenção do Membro Miguel Cartageno, disse que ou o Membro não percebeu nada do documento que foi elaborado ou não percebeu o que lhe disse na reunião da CIM Douro ou então o que já disse nesta Assembleia Municipal várias vezes. Afirma que esse documento foi um desafio lançado à CIM Douro, mas quem o elaborou foram professores universitários da UTAD especializados na matéria, técnicos da Casa do Douro, técnicos do IVDP, técnicos das cooperativas agrícolas, e todos eles, menos os exportadores (a não ser que o Membro

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Miguel 83
António
Alves

Miguel Cartageno considere que os exportadores têm razão), disseram à CIM Douro que tinham que se bater politicamente pela questão da aguardente vínica produzida na região. Mas não foram só os técnicos a dizer isto, pois houve há anos que se destilarem o vinho do Porto, para garantirem a produção vitivinícola com as uvas da região, resolveriam os problemas dos agricultores. É o bom senso, o senso comum e o conhecimento técnico e científico que faz essa afirmação, o único obstáculo são os exportadores. Mas colocando a hipótese que o argumento que o Membro Miguel Cartageno apresentou contra essa proposta é verdadeiro, ou seja, por humildade intelectual, põe a hipótese que 99% das pessoas estejam erradas e que os que defendem o contrário, estejam certos. Mesmo que isso fosse verdade a estratégia continuava a ser válida, porque esgotava o vinho da região, e do País, e só depois o importava. Era uma ótima medida para diminuir as importações e aumentar as exportações, e acrescentava valor, dinheiro e riqueza à região e ao País. Face aos argumentos apresentados, o documento continua a ser válido do ponto de vista social e económico, e válido, sendo a única solução, porque até ao momento ninguém apresentou outra para salvar a região e o País. O que tem havido, como disse e bem o Membro Manuel Vilela, é falta de coragem dos diversos Governos, que nunca quiseram encarar essa questão de frente, bem como a situação da Casa do Douro, do IVDP. Mas não podem desistir, e enquanto estiver nas funções que ocupa não o fará, porque na vida só são vencidos os que desistem. -----
No que concerne à ETAR de Cheires disse que tinham a candidatura feita, mas devido às situações com por exemplo o PAEL, não os permitiram avançar com a mesma. Mas, assim que lhes seja permitido, a ETAR de Cheires será uma das prioridades. -----
Relativamente à questão colocada pelo Sr. Membro António Lousa sobre extinção das freguesias versus TROIKA, disse que já tinha respondido a isso na sua intervenção, mas repete, a TROIKA colocou no acordo que deveria haver uma diminuição das autarquias (freguesias), mas não foi quantificada, e acrescenta que a designação foi “autarquias”, não especificando quais, se Câmaras se freguesias. E o Governo, inicialmente ainda ponderou a extinção de Municípios, mas como a ANMP é mais forte que a ANAFRE, e tem muitos Presidentes de Câmara PSD, travou esse processo. Assim, optaram pela redução de freguesias, mas bastava que reduzissem as que estavam dispostas a reduzir que cumpririam essa alínea do memorando. O problema foi que, também aqui, tal como noutras tantas matérias, o Governo foi muito para além da TROIKA, esse é que foi o

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 84
F. Santos
F. Santos

problema. Se não tivessem feito isto, evitavam problemas para si, Governo e sobretudo para a população. E gostava de terminar com um exemplo já dado na Assembleia que vai repetir, porque é a comparação que mais se aproxima da verdade, extinguir freguesias no interior do País, no concelho de Alijó com o método que querem utilizar, é o mesmo que ter dezanove filhos e um criminoso chegar a nossa casa e dar-nos uma pistola para escolhermos os filhos que queremos matar! Acrescenta que enquanto for Presidente da Câmara, não fará nem colaborará com essas situações. Já no passado não assinou protocolos apresentados por Governos de outros partidos quando achou que não era benéfico para o concelho de Alijó. Dá o exemplo de que, no Governo do Eng.º José Sócrates, propuseram assinatura de protocolos para a transferência do pessoal não docente das escolas para a Câmara e não o assinou porque o achou prejudicial. E hoje todos aqueles que o assinaram estão arrependidos. Afirma que após serem eleitos para exercer as funções de Presidente de Câmara devem esquecer as cores partidárias e pensar na população. -----
No que respeita ao cemitério do Castedo disse que só poderão analisar essa situação quando tiverem fundos. -----

Relativamente aos buracos nas estradas e às competências da Câmara Municipal e Junta de Freguesia disse que de facto a conservação das estradas municipais é da responsabilidade da Câmara, mas apela, e porque se atravessa um grave período de crise, para que este problema seja tratado em conjunto, verificar os recursos existentes para a resolução do mesmo e principalmente unir esforços para resolver o problema. No que concerne a uma pavimentação a sério, já disse que sem recursos não é possível. Mas é possível, com os recursos da Câmara e das Juntas de Freguesia, limpem as bermas e eliminarem alguns buracos, com o concurso da massa asfáltica. Para isso é precisa uma colaboração e respeito mútuo entre a Câmara e a Junta. Acrescenta que não gostava que transformassem isso num alijar de responsabilidades. Apesar das competências estarem definidas por Lei, as pessoas não querem saber quem resolveu o problema, querem sim é que seja resolvido. -----

Para terminar, gostaria de informar, no âmbito das contrapartidas do Prémio EDP Empreendedor Sustentável, para que fique claro e não haja dúvidas algumas, que é um prémio de apoio ao empreendedorismo e ao emprego, e também à criação do auto emprego. Este prémio consistiu numa parceria entre a EDP, a empresa GLOCAL e os Municípios abrangidos pelo empreendedorismo

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

mg 86
Fátima Barros

dentro do vale do Tua. Na sequência deste prémio fez-se um *workshop* e um plano de formação para que empreendedores dos cinco Municípios pudessem ter um apoio técnico e especializado para transformar a sua ideia de negócio, num negócio real e foram financiados para esse efeito. Depois, em cada Município teria que haver uma pessoa que fizesse o contato entre empreendedores e a empresa, bem como a EDP. No caso da Câmara foi o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, na pessoa da Eng.ª Fátima Barros, aqui Membro e Presidente da Junta de Santa Eugénia. Esse prémio deu origem a vários investidores nos diferentes Municípios. Foi celebrado um acordo entre a EDP e os Municípios que determinava que iriam ser premiados dois por Município. Isto não quer dizer que só esses dois é que viam nascer o seu negócio. O prémio a esses dois por Município é mais um estímulo, porque o negócio é de todos aqueles que passaram às ações de formação e chegaram à fase final. No caso de Alijó existem nove empreendedores, que vão desde o norte ao sul do concelho. A EDP decidiu ainda dar um prémio monetário de dois mil euros a quem levar o projeto até ao fim. Esses dois mil euros foram, em Alijó, entregues à Academia de Música de Alijó - AMA e a um projeto de suinicultura em São Mamede de Ribatua, aliás foi aprovado pelo menos um projeto de suinicultura em cada Município, porque se considera a nível da agricultura, do PRODER e do desenvolvimento rural que a raça porco bísaro é uma aposta estratégica para o desenvolvimento deste território. Gostava também de salientar o projeto Academia de Musica de Alijó - AMA porque vem cobrir uma necessidade há muito sentida no concelho e é, inclusive, uma homenagem, um complemento e uma continuação de uma tradição enorme no concelho, ao nível das bandas de música de São Mamede e Carlão. Faltava uma academia de música que pudesse apanhar as crianças desde o quarto ano até ao nono ano, com paralelismo pedagógico, o que viabilizará que os jovens do concelho que eventualmente queiram seguir uma carreira na área da música, possam ir para os conservatórios e seguir a carreira. Informa que a Câmara Municipal fez um contrato com essa Academia de Música, tendo como objetivo as instalações do edifício do MAP, que como sempre disse seriam para uma escola de formação, ou para a educação, e nesse sentido já tinha salas preparadas. Assim, se a candidatura for concretizada e se conseguirem o paralelismo pedagógico, avançarão nas instalações do MAP. Acrescenta ainda, para que não haja dúvida ou equívocos, que durante a votação para a deliberação onde a Câmara aprovou esse contrato, o Sr. Vice Presidente, Prof. Manuel Adérito

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 86
Figueira
Figueira

Figueira, ausentou-se, uma vez que os promotores dessa Academia de Música são a sua filha, Patrícia Figueira e o seu marido. Já têm um projeto idêntico em Bragança, onde vivem, e se este projeto vingar em Alijó acreditam que virão viver para o concelho e que o projeto de Bragança se torne o secundário e o de Alijó o primário. Disse que faz o esclarecimento em plena Assembleia porque sabe que vão entrar numa época própria ao populismo, à demagogia de toda a espécie e quer dizer que, fosse a filha do Prof. Adérito Figueira, ou fosse o filho de qualquer outra pessoa, este projeto seria aceite, porque sempre foi um objetivo da Câmara e seria viabilizado da mesma forma, porque é uma aposta estratégica do concelho e vem suprir uma falha e uma lacuna que têm e possibilita uma formação acrescida, aos jovens para poderem continuar a afirmar-se no concelho de Alijó. Informa ainda que, se a candidatura for aprovada, a verba a pagar é de dois mil e trezentos euros/mês pelo aluguer dessas instalações. Disse que é bom para os jovens e para o Município e é bom também para suprir essa lacuna que tinham na área do ensino da educação musical. Acrescenta que o valor da renda foi calculado através de uma avaliação efetuada pelo perito do tribunal, porque existe uma listagem oficial de peritos que fazem as avaliações do património, quer quando é para venda quer para compra. O perito avaliou entre mil e seiscentos e cerca de mil e oitocentos euros, e a Câmara entendeu os dois mil e trezentos euros por uma questão de justiça e para poder cobrir a água e a luz, que neste momento não se pode separar no edifício e assim não podem autonomizar uma coisa da outra; aliás uma parte do edifício ainda está ligada ao MAP (Ministério da Agricultura), que não abdica dessa mesma parte. -----

-----**VICE PRESIDENTE DA CÂMARA:** Pede desculpa por ter que repetir uma vez mais o problema da caça, mas nunca é de mais quando se trata de esclarecer. Relativamente à questão do Membro Manuel Vilela, sobre os cartuchos, disse que a Câmara há cerca de três anos e sabendo os prejuízos que causam os cartuchos nas propriedades, mandou fazer uns sacos próprios que entregou gratuitamente aos caçadores para recolherem os cartuchos. Disse que isso não funcionou. Este ano tiveram uma baixa significativa no recebimento de verbas provenientes das licenças de caça; nomeadamente ao tordo, porque tendo em atenção que não respeitavam a recolha de cartuchos, que tem uma multa de quinhentos euros, e apesar da venatória abordar os caçadores nesse sentido, não podem colocar um guarda junto de cada caçador. Não passamos licenças de passagem de tordos que é onde se verifica maior acumulação de cartuchos, porque estão sempre

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

MC 87
Santos
Ferreira

no mesmo sítio e dão centenas de tiros. Afirma que não sabe que mais podem fazer e agradece que se alguém tiver uma ideia que a partilhe. -----

Relativamente à reserva de caça informa que 98% do território nacional está ordenado, ou seja está ocupado com reservas de caça turísticas, associativas e municipais. Disse que a reserva de caça de Alijó é considerada das melhores do País. Não existe outra zona de reserva de caça que apoie tanto os agricultores como a de Alijó. Não há nenhum prejuízo causado pela caça, que a reserva, através da Câmara, não compense. Quer seja dado por coelhos, quer pelos javalis. Existem pessoas que não estão informadas disto, mas nos terrenos onde não existem reservas de caça o Governo não paga nada, a Câmara deu-se ao cuidado de participar os acidentes, por causa de javalis, nas estradas, participá-los à companhia de seguros. Não existe nenhuma reserva no País que subsidie o agricultor pela sementeira de cereal em que lhe é dado 200 euros por hectare de área semeada, e ainda possibilite a ficarem com o cereal e a palha, é uma ajuda que se dá ao agricultor para semear, porque indiretamente também está a ajudar a caça. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã disse que havia agricultores que recebem cinco euros, mas não tem dúvida alguma que se esses agricultores receberam esse dinheiro, foi o dobro do que aquilo que o javali provocou. Acrescenta que se alguém tem dúvidas sobre isso, desafia todos os Presidentes de Junta do concelho que a reserva de caça municipal abranja, para marcarem uma data para acompanharem os técnicos da Câmara quando vão avaliar os prejuízos causados pela caça, para verem a disparidade que muitos agricultores usam no pedido de reembolso de prejuízos causados pela caça. Não podem ter prejuízo de um chouriço e pedir um porco inteiro, as coisas têm que ser feitas com equilíbrio, na certeza porém de que os prejuízos são sempre calculados acima do real. -- Disse ainda, relativamente à ETAR de Cheires, que o projeto está feito, a Junta de Freguesia de Sanfins do Douro resolveu o problema do terreno, fizeram aliás uma candidatura que não foi aprovada porque coincidiu com a crise. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introdúz o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação da 2.ª Modificação dos Documentos Previsionais de 2013". Dá a palavra ao Sr. presidente para apresentar o mesmo. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que antes de passar ao ponto um dessa informação, gostava de informar a Assembleia de uma situação urgente no concelho, nomeadamente na área da

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 88
Ponto
Lages

saúde. Disse que está relacionada com uma reunião que se realizou no seu gabinete, entre o Centro Social de Vilar de Maçada, o responsável pela sub-região de saúde de Vila Real e o Município de Alijó, referente à extensão de saúde em Vilar de Maçada. Esta está a funcionar em condições muito difíceis, aliás já estava quando não recebia munícipes de outras freguesias, agora que também tem que receber munícipes de outras extensões que entretanto foram encerradas, está numa situação verdadeiramente caótica. O que prejudica duas coisas em simultâneo: os utentes da saúde e os utentes do centro. Disse que foi uma reunião que correu bem, e a Câmara informou o responsável da ARS Norte (e informa também agora a Assembleia) que estava na disposição de assinar aquele protocolo, que resolvia três problemas: o problema do centro, da Junta de Freguesia e da futura extensão do centro de saúde de Vilar de Maçada, pois reservava um espaço para colocar nesta freguesia o mesmo que em Sanfins, ou seja, uns contentores devidamente climatizados e com todas as condições para poderem receber os utentes. Informa, para que não haja equívocos, que a Câmara Municipal assumiu perante a ARS Norte que esse seria o seu compromisso de honra para resolver, de vez, aquele problema, porque outras soluções não resolverão de forma tão eficaz este problema, e é um compromisso que, até do ponto de vista do que já existe no terreno, os deixava satisfeitos porque faziam em Vilar de Maçada exatamente o mesmo que já tinham feito com Sanfins do Douro. -----

Relativamente ao Pedido de Aprovação da 2.ª Modificação dos Documentos Previsionais de 2013 disse que está relacionado com as chamadas reposições não abatidas dos pagamentos, ou seja de um ano económico para o outro existem verbas que, depois de fechado um ano económico e antes de iniciado outro, ficam mais ou menos suspensas e se não existisse esta possibilidade não as conseguiriam encaixar. É uma questão técnica, que normalmente é sempre presente no início de cada ano, e tem que ser uma modificação porque não podia ser prevista. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre período de inscrições não se tendo inscrito nenhum Membro. Coloca a votação o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação da 2.ª Modificação dos Documentos Previsionais de 2013"*, tendo sido aprovado por maioria, com 20 votos a favor dos Membros da bancada do PS e 6 abstenções dos Membros da bancada PSD/CDS.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

2014 89
F. Silva
F. Silva

Introduz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação de Alteração ao PIOTADV (Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro)”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente a este ponto disse que, no passado dia 14 de dezembro de 2012, passaram dez anos da aprovação deste Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro, que tem como principal missão preservar a classificação do Douro como Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade, atribuída pela UNESCO. Para garantir esta classificação, logo na altura, foram estabelecidas três tipos de responsabilidades e três pilares para garantir essa classificação, porque esta não está garantida à partida e para sempre, esse bem tem que ser tratado, preservado e defendido. Essas três responsabilidades foram: da administração central, local e dos privados. Da administração central porque tutela as reservas ecológicas, agrícolas, ou seja o ordenamento do território a nível nacional. Da administração local porque, na altura constituíram um gabinete, gabinete técnico intermunicipal, através do PRAUD – Programa de Recuperação das Áreas Urbanas Degradadas, onde durante dois anos conseguiram ter no Pinhão à volta de dez técnicos em diferentes áreas, cuja principal responsabilidade era a preservação desta situação. Mas esta foi uma candidatura que durou dois anos e no final não foi possível a sua renovação e foi substituída por uma outra, a Estrutura de Missão do Douro. Ou seja, a responsabilidade daquele gabinete foi atribuída à Estrutura de Missão do Douro, que para além desta, tem ainda a responsabilidade de promover investimentos públicos e privados na região, no âmbito de uma outra candidatura chamada PROVER, que está relacionada com tudo o que tem a ver com investimentos de interesse estratégico para a região do Douro. Existe ainda uma outra entidade, que é a Liga de Amigos do Douro Património Mundial, que é presidida pelo ex Presidente da CCDR, Eng.º Luís Braga da Cruz, e que tem como responsabilidade fundamental a participação da sociedade civil também na preservação do bem (representa as quintas do Douro, empresários na área da gastronomia, do turismo) e que representa também as forças vivas do ponto de vista económico da região. Mas este plano, que visa no fundo coordenar tudo isto, de dez em dez anos tem que ser revisto, e chegou a altura de o fazer. Acresce ainda neste caso, para além da revisão global do plano para preservar o Douro Vinhateiro, têm uma missão acrescida, porque precisavam também de dar uma resposta às dúvidas da UNESCO relativamente à barragem do

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC 90
G. Ant.
J. Ant.

Tua. Assim, este plano resolve duas coisas, a gestão do território (com ou sem barragem), e as dúvidas da UNESCO relativamente aos efeitos secundários da barragem, no que se refere ao ambiente e ao ordenamento do território. Consequentemente, o que lhes é agora proposto, foi aprovado em reunião da Comunidade Intermunicipal do Douro, para poder responder a estas duas questões. Foi trabalhada pelos agentes do Governo, pela CCDR, pela Estrutura de Missão do Douro e pela CIM Douro. A proposta que daí resultou é a resposta aos problemas levantados pela UNESCO e aos problemas decorrentes da própria revisão normal do PIOTADV. Mas como a CIM Douro não tem competência para se substituir aos órgãos Câmara e Assembleia, propôs um procedimento e uma deliberação, que teria que ser aprovado em Reunião de Câmara e em Sessão da Assembleia Municipal, razão pela qual nos documentos têm todo este histórico, e depois o enquadramento desta matéria, feito pela Sr.^a Eng.^a Zélia, enquanto responsável pela Divisão Municipal de Gestão e Conservação do Território, e finalmente a proposta que foi presente em Reunião de Câmara e que agora tem que ser aprovada também pela Assembleia Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre período de inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO LOUSA:** Disse que se congratula pela revisão, leu o documento, e que infelizmente está inserido no Património do Douro Mundial. Disse infelizmente porque só cria problemas aos agricultores, estes não tiraram nenhuma vantagem acrescida dessa classificação da UNESCO. Criam enormes dificuldades nos muros, na aplicação de betão, que ninguém pode usar, e depois ficam estupefactos quando a CP e empresas públicas podem fazer o que lhes apetece. Julga que não foram bem defendidos nessa revisão e os agricultores que são os donos do postal, os outros é que vendem o postal e recebem dinheiro, e aos agricultores continuam a colocar problemas. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que gostaria de referir que quando se falou da ZIF, esta deve-se em grande parte ao esforço do Sr. Presidente da Câmara, que esteve em muitas reuniões, deu o seu contributo com a sua vontade e o seu querer, quer também com alguns serviços da Câmara. Fica este reparo pelo esquecimento de há pouco. -----

Relativamente a este ponto disse que se trata de uma formalidade, já passaram os dez anos no dia 14 de dezembro de 2012, também já estava assim previsto e assim sendo, como era também uma

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

M4 97
Ponto
Três

responsabilidade das Câmaras, acha por bem que se faça essa alteração e que se vote favoravelmente. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção do Membro António Fernandes disse que sempre foi seu dever e obrigação e fá-lo com gosto. -----

No que concerne à questão levantada pelo Membro António Lousa, no que se refere aos prejuízos dos agricultores, informa que na presente revisão a situação que referiu foi tida em conta, a própria equipa de trabalho tem uma proposta para tentar amenizar, na medida do possível, e a própria Liga de Amigos que representa os agricultores também o propôs. Pretendem que essa classificação do Douro Vinhateiro Património Mundial possa ser a aliança definitiva que permita que o turismo se venha a acrescentar à agricultura, mas de forma a salvar e a salvaguardar os dois, não é o turismo substituir a agricultura, até porque esta será sempre o motor de desenvolvimento da região, porque os jardineiros da paisagem são de facto os agricultores. Esta revisão também permite e prevê a melhoria dessas situações que referiu. Inclusive, permite também que se possa ultrapassar uma questão decorrente da própria classificação e está relacionada com a exigência de quem está integrado no Alto Douro Vinhateiro dos projetos de urbanismo serem assinados por arquitetos e por técnicos superiores. É claro que existe um equilíbrio que tem que se tentar sempre manter, que é, se queremos uma paisagem cultural, evolutiva e viva de alta qualidade, tem que ser preservada em determinadas condições e exige determinado rigor. Tem que se tentar compatibilizar o conservar e o transformar, e arranjar fundos comunitários que sejam afetos a essas necessidades, de forma a que a despesa para manter a paisagem dentro daquilo que é exigido pela UNESCO como Património da Humanidade, possa ser da responsabilidade desses fundos e não do agricultor.

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre novo período de inscrições não se tendo inscrito nenhum Membro. Coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação de Alteração ao PIOTADV (Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro)"*, sendo aprovado por unanimidade. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.02.28



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá por terminados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----

A Mesa

Manuel Gomes da Costa
Glória Filomena Cunha Santa Nogueira
[Signature]